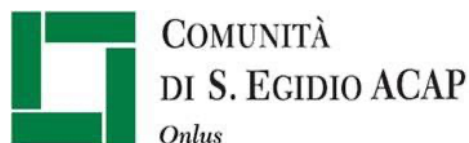


para A1 eCRVS - Modelo de Proposta Executiva



Sede da AICS Maputo

Local: Roma  
Data: 27/05/2019

### PROPOSTA EXECUTIVA

**Título da iniciativa:** eCRVS - Apoio a modernização do registo civil e do sistema de estatísticas vitais em Moçambique

**Título do Projeto:** E-registo. E-xisto! Reforço e modernização do registo civil e das estatísticas demográficas em Moçambique

**Instituição Proponente:** Comunità di S. Egidio ACAP

**AID:** 11650

Contactos no local	Contactos na Itália
Nome e Apelido: Beinabo Badru Função: Secretária Executiva Endereço: Av. 24 de Julho 5o D, Maputo Tel.: +25821486625 Fax: +258 21486626 email: <a href="mailto:beinabobadru@dream.org.mz">beinabobadru@dream.org.mz</a>	Nome e Apelido: Palmira Gianturco Função: Coordenadora Internacional BRAVO! Endereço: S. Egidio 3/a, Roma00153 Tel: 06585661 Mobile: 3396163927 email: <a href="mailto:info@bravoprogram-santegidio.org">info@bravoprogram-santegidio.org</a>

para A1 eCRVS - Modelo de Proposta Executiva	1
<b>DADOS DE IDENTIFICAÇÃO</b>	4
Antecedentes da organização proponente e das organizações parceiras	4
Instituição co-executora: Fundação ACRA	6
<b>DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO</b>	8
Descrição das actividades e metodologia de intervenção	8
Proposta de repartição das actividades por resultado esperado	9
R3.Arquitectura final para a interoperabilidade do eCRVS com outros sistemas definidos, aprovados pelo GITEV e testados, e parcialmente implementados	9
Objectivo	10
Metodologia e processos	10
Descrição das actividades	11
Objectivo	11
Metodologia e processos	11
R1.2.Análise das necessidades de formação e concepção de um plano de desenvolvimento de recursos humanos para DNRN e unidades periféricas	12
Objectivo	12
Metodologia e processos	12
R1.3 Formação de conservadores 22 ou técnicos de registo civil provincial em Matola ( Centro de formação jurídica e judiciária)	13
Objectivo	13
Metodologia e processos	13
Objectivo	14
Metodologia e processos	14
R1.5. Avaliação dos recursos humanos, reabilitação mínimas e equipamento da CPS em Nampula, Gaza e Província de Maputo	15
Objectivo	15
Metodologia e processos	15
R1.6. Implementação e avaliação do serviço de PCD na Província de Nampula	16
Objectivo	16
Metodologia e processos	17
R1.7.Implementação do modelo final do serviço CPS em Nampula, Gaza e Província de Maputo	17
Objectivo	17
Metodologia e processos	18
R1.8.Planeamento e implementação da campanha de informação sobre o registo electrónico do estado civil na província de Nampula	18
Metodologia e processos	18
R1.9. Estabelecimento da rede de parceiros para a promoção do registo electrónico do estado civil em Nampula	20
Objectivo	20
Metodologia e processos	20
R1.10. Planeamento e implementação da campanha de informação sobre o registo electrónico do estado civil na província de Gaza	21
Objectivo	21
Metodologia e processos	21
R1.11. Estabelecimento da rede de parceiros para a promoção do registo electrónico do estado civil em Gaza	22
Objectivo	22
Metodologias e processos	22

R1.12. Planeamento e implementação da campanha de informação sobre o registo electrónico do estado civil na Província de Maputo	23
Objectivo	23
Metodologia e processos	23
R1.13. Estabelecimento da rede de parceiros para a promoção do registo electrónico do estado civil na Província de Maputo	24
Objectivo	24
Metodologia e processos	24
R1.14. Avaliação do impacto das campanhas de informação e sensibilização	25
Objectivo	25
Metodologia e processos	25
R2.1. Estudo de experiências de digitalização em outros países e visita a outro país	27
Objectivo	27
Metodologia e processos	27
R2.2 Equipar o primeiro gabinete de registo em Maputo para digitalizar os registos da população activa	28
Objectivo	28
Metodologia e processos	28
R2.3 Digitalização e indexação dos registos da população activa da primeira conservatória em Maputo	29
Objectivo	29
Metodologia e processos	29
R2.4. Avaliação final e definição do modelo	29
Objectivo	29
Metodologia e processos	30
R2.5. Evento de apresentação e divulgação	30
Objectivo	30
Metodologia e processos	30
R3. Arquitetura final para a interoperabilidade do eCRVS com outros sistemas definidos, aprovados pela GITEV, testados e parcialmente implementados	31
R3.1. Avaliação dos requisitos de interoperabilidade dos sistemas em intervenção e identificação dos aspectos funcionais e técnicos a implementar	31
Objectivo	31
Metodologia e processos	31
R3.2. Promover acordos e protocolos de governação entre organismos públicos para a partilha de	32
Objectivo	32
Metodologia	32
R3.3. Avaliação (juntamente com o INAGE e MJCR) da plataforma de partilha de dados actualmente adoptada pelo Governo de Moçambique e possível adaptação ou desenvolvimento de uma nova plataforma	33
Objectivo	33
Metodologia e processos	33
R3.4. Teste e validação	34
Objectivo	34
Metodologia e processos	34
R3.5. Mudanças na plataforma	35
Objectivo	35
Metodologia e processos	35
R3.6 Workshops técnicos e lançamento do sistema integrado eCRVS	35
Objectivo	35
Metodologia	35

Plano de Monitorização e Avaliação (M&V).	36
Temas transversais.	36
<b>BENEFICIÁRIOS</b>	<b>37</b>
<b>IMPLEMENTAÇÃO DA INICIATIVA</b>	<b>38</b>
Responsabilidade e implementação	38
<b>PESSOAL DE GESTÃO DE PROJECTOS</b>	<b>39</b>
Pessoal técnico	39
<b>CRONOGRAMA</b>	<b>40</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DOS FACTORES DE RISCO RELEVANTES PARA A INTERVENÇÃO</b>	<b>40</b>
Comunicação e visibilidade em Itália	43
Actividades:	43
Comunicação e visibilidade em Moçambique	44
Actividades:	44
Alvo:	44
Proponente e entidades parceiras	45
Descrição da metodologia de intervenção	46
Estratégia da intervenção	46
Objectivos, resultados, actividades	47
R1 A capacidade do MJCR (e dos seus parceiros) de implementar o novo sistema eCRVS em termos das competências dos gestores, da gestão do sistema a nível periférico e do desenvolvimento contextual da procura de serviços foi melhorada.	47
R2 Aviada a recuperação do arquivo histórico para a população "activa" com metodologia definida, testada e pilotada	48
R3 Concepção final para interoperabilidade do eCRVS com outros sistemas definidos, aprovados pela GITEV e testados, bem como parcialmente implementados	48
Benefícios (para cada actividade)	48

## 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE PROPONENTE	Comunidade de Sant'Egidio-ACAP ONLUS
TÍTULO DO PROJECTO PROPOSTO	E-registo, E-xisto! Reforço e modernização do registo civil e das estatísticas demográficas em Moçambique
Descrição do projecto: <i>Descrever a intervenção proposta em caracteres 250 máximos, resumindo a lógica de intervenção. O uso de acrónimos deve ser evitado tanto quanto possível.</i>	A acção visa modernizar o registo civil e as estatísticas demográficas de Moçambique através de: formação; sensibilização; apoio aos Centros de Apoio Provincial; digitalização e interoperabilidade entre os sistemas.
Duração e período de implementação:	N.º meses 24 Data prevista para o início das actividades: 01/09/2019 Data prevista para o fim das actividades: 31/08/2021
Valor total do projecto em euros	2.305.000 €
Financiamento necessário em euros	2.305.000 €
Outras contribuições em euros <i>Se houver outros financiamentos, indicar o nome do organismo financiador e o montante do financiamento. Anexar documentos comprovativos do compromisso da entidade financiadora</i>	Não há outras contribuições
Lista de recursos humanos	Tdr e CV do Anexo F1 1. Líder do Projecto Tdr 2. CV Gerente Administrativo (ACAP) 3. Perito em formação de CV 4. Gestor de Digitalização da TdR 5. Coordenador do CV Província de Nampula 6. Oficial de M&V experiente 7. Coordenador da TdR Província de Maputo (LVIA) 8. Administrador da TdR (LVIA) 9. TdR Perito em TI para software de monitorização (LVIA) 10. TdR Perito em Desenvolvimento Comunitário e Inclusão Social (LVIA) 11. Gestor de Actividades TdR (ACRA) 12. CV Escrivão de Gaza (ACRA) 13. TdR Gerente técnico de arquivos de digitalização de controlo de qualidade (ACRA) 14. TdR Technical NGO Local Awareness Partners (ACRA) 15. TdR ACRA administrador/contador do projecto

## 2. CONSULTA GERAL

### 2.1. Antecedentes da organização proponente e das organizações parceiras

#### 2.1.1. Comunidade de Sant'Egidio-ACAP Onlus

Em 2008, a ACAP iniciou o BRAVO! (*Registo de Nascimento Para Todos Versus Oblivion*), para assegurar o registo civil de todas as crianças. De 2008 a Maio de 2019, o programa ACAP - BRAVO! contribuiu directamente para o registo de crianças 4.127.417 em Moçambique, Burkina Faso e Malawi. Destes, em 268.405 Moçambique. Em geral, a organização tem realizado cursos de formação técnico-jurídica para conservadores civis e campanhas de registo nos três países, gerindo fundos da Presidência do Conselho de Ministros, do Ministério do Interior e do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Itália, do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Alemanha e de vários doadores privados. Desde 2019, trabalha na Guiné Conacri, como parceira da LVIA, graças a um projecto aprovado pela AICS para reforçar o sistema de registo civil no país. Em Abril de 2019, o programa BRAVO! publicou um estudo no Boletim da OMS sobre o impacto da abertura de maternidades rurais no Burkina Faso (Anexo H1). Os dados mostraram que a abertura destes escritórios levou a um aumento dos registos de mais de 90%. BRAVO! é o primeiro parceiro não institucional a colaborar na nova plataforma e-CRVS em Moçambique e a nossa equipa participou na fase de testes e desde Março de 2019: todos os postos de registo gratuitos e campanhas nas zonas rurais apoiadas por BRAVO! estão incluídos no novo sistema de *Registo Civil e Estatísticas Vitais Sistema Eletrónico* (e-RCEV). Todos os *activistas* do programa BRAVO! participaram em cursos de formação planeados pelas diferentes Direcções Provinciais de Justiça. As experiências mais significativas do programa ACAP BRAVO! nas áreas do aviso AICS em questão estão listadas abaixo.

i) Capacitação do pessoal do estado civil e reforço da infra-estrutura do sistema do estado civil. Desde 2012,

em colaboração com a Direcção Nacional de Registo e Notariado (doravante DNRN) em Moçambique, a organização formou 302 técnicos e agentes de registo do estado civil de todas as províncias. Todos os anos, os 60 *militantes do BRAVO!* participam num curso de reciclagem sobre o registo civil. Na Província de Nampula e na Província de Sofala, o programa ACAP- BRAVO! promoveu, juntamente com o governo, a construção e abertura de 8 novos centros de registo, incluindo nos centros de saúde, e a construção de um gabinete de registo. ii) Informação, sensibilização e campanhas de registo de nascimentos tardios gratuitos. ACAP-Programme BRAVO! organiza equipas de registo de viagens (*brigadas móveis*) em Nampula, distrito de Mecuburi, periferia da cidade de Maputo e Beira desde 2012. As campanhas destinam-se principalmente a crianças na faixa etária dos 0-13 anos que vivem em zonas rurais, interceptando a procura nas escolas, em colaboração com as conservatórias e as autoridades educativas provinciais. O ACAP-Programme BRAVO! também concebeu um espectáculo de teatro itinerante para informar a população e acolher uma discussão pública com os *activistas* e registadores do programa.

ii) Conhecimento e aplicação de armazenamento de dados sensíveis, segurança de dados e questões de confidencialidade. ACAP-Programme BRAVO! trata do arquivamento de dados sensíveis porque - com procuradores apropriados - regista materialmente a população durante as campanhas de registo e sensibilização e nos postos de registo, de acordo com as leis dos países onde opera. Em Moçambique, de acordo com a DNRN, BRAVO! digitaliza até agora todos os registos de estado civil efectuados em conformidade com a legislação do país (*Código do registo civil* - brigadas móveis), para facilitar a preservação de dados e facilitar a investigação arquivística. iv) Competências técnicas e operacionais: O orçamento da Comunidade de Sant'Egidio-ACAP para 2018 é de aproximadamente 17,7 milhões de euros, 4% deste montante foi gasto na manutenção da estrutura, enquanto todo o resto foi dedicado à implementação de actividades em Itália e em todo o mundo. Em Moçambique e, em particular em 2018, as despesas foram de 3.060.000 euros, dos quais 14% foram gastos em material, 15% em investimentos e 48% em recursos humanos locais. Em geral, a ACAP tem uma equipa competente na aquisição de serviços técnicos relativamente complexos, tais como a construção e gestão de serviços de saúde gratuitos para dezenas de milhares de pacientes. Para além do escritório da ACAP em Roma, o programa BRAVO! é apoiado por um escritório administrativo em Maputo, um Coordenador Nacional de Moçambique (Nampula), o Coordenador Nacional Adjunto (Beira), e um grande número de *activistas* entre Maputo, Beira, Nampula e Mecuburi. Partilha o escritório com a DREAM, o programa de saúde de cooperação para o desenvolvimento da ACAP, e com a DREAM Associação local. A ACAP está registada no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação em Moçambique como uma ONG estrangeira. As actividades da ACAP na área do registo civil são definidas por um *Memorando de Entendimento*, assinado com 2010 o Ministério da Justiça (ver Anexo E1).

A ATS é formada pela **Comunità di S. Egidio-ACAP Onlus** (parceiro principal) e duas OSC registadas: **LVIA e ACRA**, ambas presentes em Moçambique há já algum tempo. O consórcio com estas duas OSC resulta da sua actividade comum em Moçambique para o desenvolvimento do país e da partilha de objectivos e elevados padrões de *responsabilidade*. Com ACRA, a Comunidade de Sant'Egidio colabora a partir deste ano (2019) para a implementação do Lote 1 "População", 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento Europa/160615/DD/ACT/BF no Burkina Faso. No Chade, ACAP é um parceiro da ACRA para a implementação de um projecto que foi pré-seleccionado pela Agência de Cooperação para o Desenvolvimento. LVIA é uma ONG com a qual a Comunidade de Sant'Egidio coopera desde 2009, quando criou o programa BRAVO! em Moçambique, embora nenhum acordo oficial tenha sido assinado. Depois, na ACAP2018,, participou num concurso da Agência de Cooperação Italiana na Guiné Conacri, juntamente com a LVIA. O projecto foi aprovado e iniciado em Março com 2019 uma duração de meses e um montante total de 797.000 euros. A iniciativa pretende apoiar as ONG italianas especializadas em sensibilização da comunidade para ajudar a melhorar as taxas de registo civil no país. A intervenção centrar-se-á no registo de nascimento em Conakry e Labè.

### Co-Executor LVIA - Associação Internacional de Leigos Voluntários

LVIA, uma associação de solidariedade e cooperação internacional fundada em 1966, em 15 anos de trabalho em Moçambique implementou várias intervenções e tem uma base operacional em Maputo, onde trabalham um Representante do País e um Administrador do País, uma filial em Nacala-Porto (Província de Nampula), onde há dois expatriados como Gestores de Projectos (iniciativas da UE e da AICS) e 10 pessoas como pessoal local, um posto operacional também dentro do Município de Boane, graças à implementação conjunta de uma iniciativa da UE. Faz parte da rede GONG de ONG italianas e colabora também com a Associação Nacional de Municípios de Moçambique (ANAMM) e o Ministério do Ambiente (MITADER) a nível central, provincial e municipal. Como já foi mencionado, LVIA e ACAP-Programme BRAVO! já estão a trabalhar em *parceria*, graças a uma bolsa AICS, num programa para melhorar o sistema de registo de nascimento na Guiné Conacri. O projecto *DIREITO A UM NOME: Programa de sensibilização para o registo de nascimento de crianças na Guiné - AID 11577*, visa informar e sensibilizar nascimentos, pais, famílias, trabalhadores sociais e de saúde, escolas, comités formais e informais, *líderes* comunitários e religiosos sobre o valor do sistema de Estado Civil estudando a população, delineando as suas principais características estruturais e sócio- económicas a fim de reproduzir uma dimensão estatística mais correcta sobre as taxas de natalidade

e fornecendo dados e informações úteis para a actualização da população residente. A iniciativa destina-se principalmente a comunidades isoladas e desfavorecidas e será levada a cabo em coordenação com a UNICEF e a Direcção Nacional do Estado Civil (DNEC) e o Ministério da Administração, Território e Descentralização (MATD). LVIA, para operar no país, está registada no *Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação* (2017).

### 2.1.2. Instituição co-executora: Fundação ACRA

ACRA começou a operar em 2014, em Moçambique no ano 2009 sob o reconhecimento e protecção do Ministério da Cooperação (MINEC) com o patrocínio do Ministério das Obras Públicas. A experiência de Acra no domínio do registo civil e das estatísticas vitais concentrou-se principalmente na África Ocidental. O programa da União Europeia "Programa População", lançado em 2019 e em colaboração com Mani Tese, Comunità Sant'Egidio - ACAP Onlus, ASMADE e FENAFER-B, visa assegurar que a população, em particular as mulheres, crianças e adolescentes dos municípios das 26 das regiões do centro, centro-sul e planalto central do Burkina Faso, tenham acesso aos serviços comunitários de planeamento familiar, registo do estado civil, prevenção da violência baseada no género e saúde sexual. Em particular, as actividades foram orientadas para a *advocacia* com as autoridades de estado civil e as autoridades tradicionais e religiosas para facilitar o intercâmbio com redes de saúde na área, identificando e formando "agentes do estado civil" e apoiando a criação de "centros secundários do estado civil". Isto é complementado por campanhas de registo para crianças em idade escolar, monitorando o registo de nascimentos e mortes nos novos centros e criando serviços de informação sobre o funcionamento do estado civil nos CSPS (Centros de Saúde e Promoção Social) e 'Casas da Mulher' (Maisons des Femmes). No âmbito desta iniciativa, Acra pretende implementar actividades de projecto na província de GAZA, e para isso fará uso da colaboração e sinergia da ONG local co- executora Kulima, que trabalha há anos em todas as províncias de Moçambique e é bem conhecida na área de interesse porque tem bases operacionais em Xai-Xai. A Kulima trabalha na província há cerca de 28 anos com projetos multi-sectoriais de desenvolvimento agrícola, assistência social, crédito de solidariedade, divulgação e formação sanitária. A intenção é intervir na província de GAZA utilizando a longa experiência e o conhecimento profundo da área desta ONG local, que possui uma estrutura logística e operacional e redes sociais já em funcionamento. A ONG Kulima acompanha atualmente redes de solidariedade em colaboração com outras ONG nas quais mais de 800 mulheres nos 14 distritos de GAZA participam em actividades de sensibilização e prevenção da violência doméstica.

Além disso, foram criadas parcerias para aumentar a capacidade técnica disponível para o projecto; para a interoperabilidade dos sistemas de registo seremos apoiados pelo **Instituto Nacional Italiano de Estatística (ISTAT)**, enquanto para a digitalização do arquivo histórico colaborarmos com o Departamento de Estatística da Universidade de Pádua. Ao longo dos anos, o ISTAT viu crescer o seu envolvimento nas actividades de apoio activo ao reforço dos sistemas estatísticos dos países parceiros e do papel dos Institutos Nacionais de Estatística, com vista a promover a qualidade e a comparabilidade dos dados, a disponibilizar de forma cada vez mais desagregada e com maior celeridade. O Instituto tem estado envolvido com sucesso em projectos ambiciosos de cooperação internacional desde 1992. **A Universidade de Pádua** tem experiência na análise estatística em contextos africanos em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano e a ONG CUAMM. Com a Comunidade de S. Egidio e o programa BRAVO! conceberam e realizaram a investigação já mencionada (Anexo H1), sobre o impacto da abertura de gabinetes de registo nos centros de saúde, que foi publicada no Boletim da Organização Mundial de Saúde. Este 2017, o estudo foi apresentado na 28ª IPC (Conferência Internacional da População).

### Comentários sobre a análise do contexto nacional e local

Os dados fornecidos pelo Aviso da AICS para Moçambique falam de quase 48% das crianças menores de 18 anos não registadas, com baixa procura de registo e taxas de cobertura entre as mais baixas da África Subsaariana. De acordo com a análise descrita na chamada AICS, o sistema de registo é inadequado em termos de infra-estruturas, tecnologia, equipamento e competências profissionais, com sérias repercussões em termos de acesso a serviços e bases de dados para a definição de políticas apropriadas. Acreditamos que podemos contribuir para a análise do contexto, acrescentando elementos que derivam do trabalho de campo de todos os parceiros, Chefes de fila e Co-executores.

A análise segue uma abordagem multidimensional ao ilustrar as razões para as baixas taxas de registo de nascimento:

- Dimensão social
  - Distância objectiva dos locais de registo. As pessoas renunciam frequentemente ao registo porque viajar para Moçambique é muito caro, o que para a grande maioria da população é proibitivo. Em locais extremamente rurais, a legislação introduzida em 2019, prevê que o pessoal da maternidade pública pode enviar uma mensagem de texto certificada ao registador competente para registar o nascimento, mas ainda tem de se deslocar ao registador para receber a certificação;
  - convicção de que o registo é pago desde o nascimento;
  - a crença de que a ausência do pai ou o estatuto de órfão torna impossível o registo;

- dificuldades na implementação da nova reforma (os formulários de registo são mais longos do que no passado e muitas vezes constituem um desincentivo ao registo);
- Há necessidade de uma mudança de paradigma na abordagem à informação das pessoas, que não parte da convicção de que os aspectos críticos do sistema residem essencialmente numa procura insuficiente, mas que reconhece que a população necessita de informação mais precisa, bem como a possibilidade de fácil acesso aos pontos de registo.
- Dimensão técnica
  - Fornecimento insuficiente de materiais de registo (registos, formulários, papel, canetas, etc.);
  - capacidade reduzida dos centros de estado civil em termos de recursos humanos;
  - falta de um gabinete de registo em muitos postos administrativos e instalações de saúde, com o resultado de as famílias terem de esperar pela criação de equipas móveis para registar o nascimento dos seus filhos;
  - exigir a apresentação da certidão de nascimento do progenitor para registar a criança (se o progenitor não tiver a certidão de nascimento, a criança também permanece indocumentada), interpretando estritamente a regra que exige que os registantes sejam identificados mesmo na ausência de um documento;
  - embora a lei estipule que o registo tardio de nascimentos pode ser gratuito para os órfãos e as camadas mais pobres da população, é muito difícil obter o reconhecimento da pobreza e, na prática, esta disposição legislativa é frequentemente ignorada
  - A passagem à informatização representa um salto evolutivo extremamente significativo no sistema de registos civis e estatísticas vitais. A possibilidade de ter um conjunto de metadados correspondentes a um número único permitirá o acesso a um conjunto de informações fundamentais para o desenvolvimento e implementação de *políticas* apropriadas. Acreditamos, entrando nos méritos da reforma da revisão do *Código do Registo Civil* no final de Maio de 2018, que até à data o sistema apresenta uma série de criticidades dentro do quadro geral em que é colocado:
    - Ambos os sistemas do *Código do Registo civil* são actualmente adoptados, o relativo à *Lei* nº12 de 2004 (registo em papel) e o reformado relativo à *Lei* nº12/2018 (registo informatizado);
    - O prazo para a plena implementação da nova lei é 2030, que é um período extremamente longo para "esperar" por estatísticas vitais nas quais se possam basear *políticas* governamentais apropriadas. É crucial, nesta fase de transição, trabalhar numa amostra estatística significativa na escolha de conservas capazes de representar uma base de dados abrangente das necessidades;
    - As bases de dados à disposição dos vários ministérios (Interior, Saúde, Justiça, Economia) foram concebidas e utilizadas para funcionar de forma não sincronizada, o que exigirá um trabalho conjunto significativo entre técnicos de TI e estatísticos para alcançar a interoperabilidade prevista pela reforma.

Finalmente, gostaríamos de salientar que a experiência BRAVO! de abertura de *postos de registo* em hospitais, em primeiro lugar no Hospital Central de Maputo, destacou como as campanhas de sensibilização e registo têm frequentemente um forte impacto onde converge uma população feminina muito grande. De facto, a abertura de *postos de registo* nas maternidades dos hospitais (serviços de registo civil) é um aspecto fundamental e inovador na abordagem da ACAP - programa BRAVO!: desde 2014, em Moçambique, todas as crianças nascidas, vacinadas e com visitas pós-natais onde o programa BRAVO! está presente estão registradas. Isto representa uma oportunidade em termos de desenvolvimento porque permite transmitir uma mensagem mais ampla sobre o significado do registo, e não apenas relacionada com um objetivo utilitário como o registo escolar.

Alinhamento com o país parceiro, estratégias e planos nacionais e locais e disposições de coordenação no terreno

O Projeto E-registo, *E-xisto! está de acordo com a estratégia nacional* e é coerente com as indicações normativas nacionais e internacionais sobre o registo de eventos vitais indicados pela AICS na convocatória como:

- Constituição da República de Moçambique
- Código do Registo Civil como reformado em 2018
- o Direito de Família que estabelece, no Artigo 205, o direito de ser registado e de ter um nome
- a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, que estabelece no seu artigo 7 obrigação de registar as crianças
- Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, cujo artigo 6º estabelece que "todas as crianças devem ser registradas imediatamente após o nascimento".

O mesmo PNAC 2013-2019 (*PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A CRIANÇA*), referindo-se ao referido artigo 7 da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e ao artigo 205 do Direito da Família, afirma a importância de cada criança ter um nome e nacionalidade, e promove, de acordo com os objectivos nacionais de crescimento, o aumento do acesso aos registos através da sensibilização das famílias para a importância do registo através de ações como campanhas de informação e sensibilização.



Esta intervenção de desenvolvimento será realizada no âmbito das ações do Programa ACAP-Programa BRAVO! em Moçambique e, portanto, no âmbito de acordos já assinados que prevêem uma estreita cooperação com o Ministério da Justiça e a participação em actividades governamentais de planeamento no domínio do Registo do Estado Civil.

De facto, em 2010 foi assinado um *Memorando de Entendimento* (Anexo E1), mencionado acima, com o MJCR e nos anos anteriores representantes do BRAVO! também participaram nos seguintes grupos de trabalho:

- 2013 Participação na mesa de trabalho e visitas de campo à missão de avaliação do sistema do estado civil moçambicano por um consultor da Comissão das Nações Unidas para África (UNECA);
- 2013 visita oficial de uma delegação da Statistics South Africa (SSA) à província de Nampula para estudar as actividades do BRAVO! nas zonas rurais;
- 2014 Participação no seminário da DNRN sobre os progressos na implementação do Programa Africano para a Melhoria Acelerada do Registo Civil e Estatísticas Vitais (APAI-CRVS);
- 2014 visita oficial de uma delegação do BRAVO! à Statistics South Africa (SSA) em Pretória.

Isto permitiu conceber uma estrutura de *governança do projecto* onde a interacção com os organismos governamentais responsáveis pelo Registo do Estado Civil é contínua e testada. De facto, actualmente os Gestores de Programa ACAP - BRAVO! já participam em

- 3 reuniões anuais com o Ministério da Justiça
- reuniões mensais com a Direcção Nacional dos Registos e Notários (DNRN)
- reuniões bissemanais com as Direcções Provinciais de Justiça (DPJs)
- reuniões anuais com o *Grupo de Trabalho Inter-Ministerial sobre Estatísticas Vitais* (GITEV) para a interoperabilidade de sistemas com parceiros institucionais e parceiros técnicos nacionais e internacionais (UNICEF e Save the Children).

O apoio da Direcção Nacional de Registo e Notariado (DNRN) é confirmado pela carta de apoio dirigida à Cooperação Italiana, confirmando a colaboração com a ACAP-Programa BRAVO! na modernização do Sistema do Estado Civil em Moçambique (ver Anexo nºE2).

Para além das reuniões já previstas e da abertura de um confronto directo com as Direcções Provinciais de Justiça (DPJ) nas Províncias de Gaza e Maputo, onde as relações são menos frequentes do que com a província de Nampula, será criado um Comité Director, que se reunirá duas vezes por ano e será composto por representantes do Ministério da Justiça, do Ministério da Saúde, do Ministério do Interior e do Instituto de Estatística, a fim de melhorar a aderência do projecto às necessidades reais do país e evitar duplicações.

## QUADRO LÓGICO

Ver Anexo 13.

### 3. DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

#### 3.1. Descrição das actividades e metodologia de intervenção

##### Introdução

O seguinte esquema de actividades visa fornecer um quadro de como as actividades do projecto serão realizadas nos vários contextos pelos parceiros e pela rede de actores que se referem ao projecto ATS. Em conformidade com os requisitos do convite à apresentação de propostas da AICS, a descrição das actividades contém pormenores que se referem aos contributos do projecto, o objectivo, as metodologias e processos com que estes serão realizados, práticas e inovações que são propostas com base em décadas de experiência no campo do Registo Civil, observação de fenómenos e soluções propostas para ultrapassar questões críticas. É de notar que, na descrição das actividades, são indicados os assuntos envolvidos fora do ATS, que em vez disso forma um grupo de trabalho que está incluído em quase todas as actividades.

A experiência do Programa BRAVO! na implementação de projectos de desenvolvimento em Moçambique, permite identificar algumas deficiências do sistema e constatar que os resultados esperados contém factores de alto risco. De facto, espera-se que sejam encontrados alguns obstáculos, durante os dois anos do projecto, que podem pesar no prazo previsto nesta fase, especialmente no que diz respeito à implementação efectiva do sistema SIRCEV. E isso pressupõe que, nos 24 meses:

- presença de uma ligação contínua e adequada à Internet, tanto nas províncias alvo como na *Cidade de Maputo*
- a presença de electricidade numa base contínua, especialmente nos distritos rurais de todas as províncias incluídas no projecto
- rede telefónica funcional, especialmente nos distritos rurais de todas as províncias incluídas no projecto.

### **Proposta de repartição das actividades por resultado esperado**

#### **R1. Reforçada a capacidade do MJCR (e dos seus parceiros) para implementar o novo sistema eCRVS (SIRCEV) em termos de competências oficiais dos funcionários, gestão do sistema a nível periférico e estimulação da procura de serviços**

- A 1.1.Desenvolvimento de um currículo e materiais didáticos sobre a reforma do Sistema de Registo Civil.
- A 1.2.Análise das necessidades de formação e concepção de um plano de desenvolvimento de recursos humanos para DNRR e unidades periféricas
- A 1.3 Formação de 22 Conservadores ou técnicos de registo Civil, correspondendo a dois formandos por cada província do país. A formação será realizada no centro de formação jurídico Judicial da Matola.
- 1.4 Formação de agentes 160 conservadores ou técnicos de registo civil nas províncias
- A 1.5. Avaliação dos recursos humanos, pequenas reabilitações e equipamento do CPS em Nampula, Gaza e Província de Maputo
- A 1.6 Implementação e avaliação do serviço de CPS na Província de Nampula
- A 1.7.Implementação do modelo definitivo de serviço de CPS em Nampula, Gaza e Província de Maputo
- A 1.8.Planeamento e implementação da campanha de informação sobre o registo civil electrónico do na província de Nampula
- A 1.9.Criação de uma rede de parceiros para promover o registo civil electrónico em Nampula
- A 1.10. Planeamento e implementação da campanha de informação sobre o registo civil electrónico na Província de Gaza
- A 1.11. Estabelecimento da rede de parceiros para a promoção do registo registo civil electrónico na Província de Gaza
- A 1.12.Planeamento e implementação da campanha de informação sobre o registo civil electrónico na província de Maputo
- A 1.13.Criação de uma rede de parceiros para a promoção do registo civil electrónico na Província de Maputo
- A 1.14. Avaliação do impacto das campanhas de informação e sensibilização

#### **R2. Implementação do sistema eCRVS no Postos do Registo Civil Hospitalares das capitais de Distrito e em algumas Unidades Sanitarias Distritais Rurais das Províncias focus**

- A 2.1. Avaliação Inicial e Estabelecimento de Critérios para Análise de Processos**
- A 2.2. Equipamento dos Postos do Registo Civil seleccionados (48) e pequena reabilitação dos Conserservatorias distretais alvo**
- A 2.3. Actividades de registo on-line no eSIRCEV realizadas por Agentes Distritais**
- A 2.4. Estudo Final sobre o Impacto do Modelo e Análise das Melhores Práticas**
- A 2.5. Evento de Apresentação e Disseminação**

#### **R3.Arquitectura final para a interoperabilidade do eCRVS com outros sistemas definidos, aprovados pelo GITEV e testados, e parcialmente implementados**

- A 3.1. Avaliação dos requisitos de interoperabilidade dos sistemas em intervenção e identificação dos aspectos funcionais e técnicos a implementar
- A 3.2. Promover acordos e protocolos de *governança* entre organismos públicos para a partilha de dados
- A 3.3. Avaliação(juntamente com o INAGE e MJCR) da plataforma de partilha de dados actualmente adoptada pelo Governo de Moçambique e possível adaptação ou desenvolvimento de uma nova plataforma
- A 3.4.Teste e validação

### Gestão de projectos

#### → **Objectivo**

Esta atividade representa o ponto de partida do projeto, inclui o planeamento e organização de atividades, é transversal a todas as fases de atividades, e é necessária para o sucesso da gestão de todo o projeto.

#### → **Metodologia e processos**

Os primeiros dois meses serão dedicados ao planeamento detalhado das acções do projecto: será nesta fase de arranque que o Plano Operacional será preparado, de acordo com o modelo do Anexo A12 do anúncio AICS, que definirá em pormenor: As actividades de *gestão do projeto*, organizadas ao longo dos 24 meses do projecto, serão definidas por acordos específicos feitos entre o ATS responsável pelo projecto, os parceiros operacionais locais, os consultores, a rede dos stakeholders institucionais locais. Nesta fase, os métodos operacionais e os resultados intermédios e finais a alcançar pelo projecto serão definidos em pormenor. Incluído nesta actividade, transversal a

todo o projecto, será feita a monitoria de todas as acções do projecto através de um software de DBMS *baseado na web* que será disponibilizado à AICS Maputo, assegurando a portabilidade nos anos subsequentes sem a necessidade de custos anuais. O sistema permitirá aos parceiros do projecto, ao organismo de financiamento e ao Comité Misto de Coordenação dispor de dados actualizados sobre o progresso do projecto e a realização dos resultados e objectivos através de smartphones (em rede) tablets e desktops. Os papéis dos diferentes tipos de utilizadores que podem aceder ao sistema serão definidos e serão criados logins para todos os participantes no projecto, o sistema será potencialmente multilingue. Está prevista neste caso a criação de um sítio mono-linguístico em português. A construção da *baseline* e da *endline* dos indicadores necessários para avaliar o desempenho do projecto também é considerada como estando incluída nesta actividade.

Para além dos relatórios listados, serão apresentados ao escritório da AICS em Maputo, de acordo com o pedido do Aviso Confiado, o relatório do projecto incluirá:

- relatórios semestrais descritivos técnicos sobre o progresso das actividades, ao longo do projecto;
- relatórios técnicos e contabilísticos descritivos no final de cada ano;
- relatório técnico e contabilístico final

Esta atividade durará 24 meses e será realizada por uma equipa de recursos humanos, começando pelo Gestor de Projecto e os vários gestores de área, juntamente com o Gestor Administrativo e o Gestor de Monitoria e Avaliação.

R1.Reforçada a capacidade do MJCR (e dos seus parceiros) para implementar o novo sistema eCRVS em termos de competências dos oficiais, gestão do sistema a nível periférico estimulação da procura de serviços

ACAP-Programme BRAVO! tem uma vasta experiência nas áreas de formação, apoio a instituições locais e organização de campanhas de informação e de sensibilização. O resultado esperado deste projecto será alcançado com as actividades previstas no anuncio, no entanto, uma nota metodológica deve ser acrescentada para reforçar as províncias-alvo.

Durante a fase de concepção da intervenção, na sequência da análise das necessidades, foi decidido fazer uma proposta para a estrutura a seguir nas três províncias piloto identificadas, também para tornar mais compreensível a metodologia escolhida para a implementação das medidas exigidas pelo anúncio. Foi decidido propor a Província de Nampula como a primeira província a implementar e testar o modelo do Centro de Apoio Provincial (CPS) e campanhas de informação e sensibilização a serem repetidas nas outras duas províncias de Gaza e Maputo e depois propostas para o resto do país. A escolha veio dos seguintes factores

- A experiência de dez anos do parceiro principal em projectos para reforçar o registo de nascimento no programa BRAVO! na província de Nampula;
- a já estreita colaboração com a Direcção Provincial de Justiça, que se traduz em reuniões mensais e contactos quase semanais, dado o trabalho de campo da Comunidade de Sant'Egidio no registo de nascimentos;
- A província de Nampula tem mais de 4 milhões de habitantes, é a mais populosa e extensa das três províncias alvo e a que tem mais distritos em que o novo sistema de registo civil electrónico (SIRCEV) está ativo. Ao final, no que diz respeito às campanhas de sensibilização, é de notar que

a escolha foi feita para começar com os distritos das três províncias alvo, cujas Conservatórias já utilizam o sistema SIRCEV. Do que resultou da comparação com as três diferentes Direcções Provinciais de Justiça nos primeiros meses de 2019, elas são, por enquanto:

- 15/24 Conservatória na Província de Nampula (14 distritos)
- 8/8 conservatória na Província de Maputo (8 distritos)
- 6/14 conservas na província de Gaza (6 distritos)

Com base nas experiências e na presença territorial dos três organismos dentro do consórcio, e devido à complexidade das ações relativas à implementação do SIRCEV nas três províncias, foi decidido dividir as competências por território. Por conseguinte, no que diz respeito às actividades de apoio aos CPS e às campanhas de sensibilização, foi decidido atribuir competências territoriais. ACAP-programa BRAVO! irá ocupar-se da Província de Nampula, LVIA da Província de Maputo e ACRA da Província de Gaza.

## **Descrição das actividades**

### **R1.1.Desenvolvimento de um currículo e materiais didácticos sobre a reforma do Sistema de Registo Civil**

#### **→ Objectivo**

A atividade visa definir em pormenor um conjunto de materiais úteis, sob a forma de um manual que pode ser facilmente consultado, para que os agentes do registo civil apoiem de forma clara e directa o seu trabalho de registo. A atividade desenvolverá um currículo ad hoc abrangente para a actualização jurídica e técnica dos *conservadores* e técnicos do registo civil e para a revisão (Criação) do Manual do Oficial do Registo Civil.

#### **→ Metodologia e processos**

Especificamente, o novo Manual do Oficial do Registo Civil será produzido e distribuído, em formato digital numa pendrive, a todas as conservatórias nas províncias alvo onde o novo sistema de digitalização SIRCEV foi implementado, a fim de o divulgar amplamente. O novo Manual do Oficial do Registo Civil será um instrumento de apoio à formação (referida nas actividades 1.2 e 1.3) e àqueles que lidam diariamente com o registo civil. Será disponibilizado em versão papel a pedido (quando não for possível ter facilidades mínimas para a sua consulta digital) e em formato digital numa pen drive. Será incluída uma secção FAQ para permitir o acesso a questões diárias que possam ser encontradas. O Manual revisto, referido a partir de agora como o Kit do Agente do Registo Civil, conterá no seu interior

- ☐ o Código do Registo Civil actualizado;
- ☐ Guia para a digitalização;
- ☐ Lista de contactos de apoio técnico relacionado com o CPS;
- ☐ Guia para registo via telemóvel;
- ☐ International Convenção sobre os Direitos da Criança
- ☐ Carta Africana dos Direitos da Criança (2004)
- ☐ material em português da ONU

<b>Actividades</b>	1.1
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Direcção de Planeamento e Cooperação DRPJ
<b>Localização</b>	Itália Maputo Roma
<b>Custos</b>	6.000 €
<b>Saída</b>	Kit do Técnico do Registo Civil

## R1.2. Análise das necessidades de formação e concepção de um plano de desenvolvimento de recursos humanos para DNRN e unidades periféricas

### → **Objectivo**

A seguinte actividade está de acordo com o objectivo-resultado de actualização de todos os *conservadores* do país e a parte preponderante dos técnicos responsáveis pelo registo civil nas províncias alvo na legislação e regulamentos, procedimentos e na utilização da nova tecnologia de forma funcional para a correcta implementação do sistema eCRVS.

Nesta fase preliminar do projecto, considera-se como competências de base, o conhecimento, em termos de alterações ao novo Código do Registo Civil, o conhecimento do sistema de introdução de dados (*Guia simples do utilizador de telemóvel e Guia simples do utilizador online - baseado na Web*),

### → **Metodologia e processos**

A fim de ter uma imagem clara das necessidades em termos de preparação de recursos humanos na DNRN e das unidades periféricas, é necessário partir de uma avaliação baseada na análise das necessidades de formação. A análise das necessidades de formação, em estreita colaboração com a DNRN que será solicitada a indicar duas pessoas de referências, será realizada com base numa avaliação das competências técnico-profissionais dos recursos humanos que trabalham para a DNRN e Unidades periféricas relativamente à nova legislação e aos processos de implementação do sistema eSIRCEV.

A concepção do Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos será preparada a partir de uma série de documentos a serem disponibilizados pela DNRN (Plano actual de Recursos Humanos, oferta de formação, organigrama por funções e actividades, etc.), entrevistas orientadas que serão conduzidas com intervenientes estratégicos tanto dentro da DNRN como nas Unidades periféricas (amostra representativa escolhida), grupos focais com os vários níveis envolvidos e questionários. Isto permitirá definir com precisão o nível de transposição da nova legislação, conhecimento do direito internacional e do direito moçambicano relativamente ao registo civil, capacidade para implementar o novo sistema eCRVS, capacidade de resolução de problemas relativamente aos novos procedimentos. Uma vez definidas as necessidades de formação, será apresentado um plano de intervenção modular para o desenvolvimento dos recursos humanos baseado no nível de preparação (principiantes-intermediário-avançado), necessidades territoriais (DNRN e unidades periféricas) capazes de proporcionar um quadro exaustivo para o desenvolvimento dos recursos humanos.

<b>Actividades</b>	1.2
--------------------	-----

<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Direcção de Planeamento e Cooperação Centro de Formação Jurídica e Judiciária
<b>Localização</b>	Maputo
<b>Custos</b>	6.000 €
<b>saída</b>	Questionário no início da actividade Questionário no final da actividade Avaliação semestral Avaliação inicial das competências técnicas e profissionais Avaliação final das competências técnicas e profissionais

### **R1.3 Formação de conservadores 22 ou técnicos de registo civil provincial em Matola ( Centro de formação jurídica e judiciária)**

#### **→ Objectivo**

A experiência de mais de dez anos de BRAVO! no domínio da formação permitiu desenvolver um método de intervenção que combina a necessidade de actualização, a capacidade de transmitir conhecimentos e a avaliação das competências adquiridas. Isto baseia-se numa abordagem de *crossing-knowledge* para utilizar os instrumentos de avaliação mais apropriados com o contexto de referência: um grupo de tutor internacionais especializados em registo civil, direito civil, direito humanitário, ética de trabalho, gestão e comunicação, assistem a equipa local, em coordenação com o MJCR na elaboração dos módulos de formação e da estratégia a utilizar para formar o pessoal do Estado.

A formação proposta training of trainees visa preparar conservadores e técnicos do registo civil tanto do ponto de vista da abordagem pedagógica/metodológica como no domínio de técnicas básicas para facilitar a aprendizagem com base na combinação saber- saber fazer.

#### **→ Metodologia e processos**

O curso terá lugar na Matola, no Centro de Formação Jurídica e Judiciária da Matola, portanto em estreita cooperação com a DNRN. As aulas, que terão a duração de 2 semanas (10 dias), conforme exigido pelo Aviso da AICS com 22 pessoas , serão organizadas 6 horas diária, alternando aulas frontais e duas visitas: a uma conservatória e a uma maternidade. Durante o primeiro dia de formação será também realizada uma conferência de imprensa em Matola para inaugurar o início do projecto na presença de jornalistas.

Será dada especial atenção às questões de género como abordagem ao registo: a experiência única de BRAVO! a trabalhar em hospitais e maternidades desde 2014 mostrou como o papel das mulheres em termos de conhecimento e promoção do registo é absolutamente fundamental e vital para o sucesso de todo o processo. Serão sensibilizados para a importância de incluir a população feminina nas atividades, como um alvo específico de ação. Na prática, os efeitos dos cursos de formação são testados através do acompanhamento e assistência aos serviços de registo civil para compreender os problemas encontrados no terreno, encorajando um conhecimento profundo das práticas de registo em contextos urbanos e rurais. A tutoria contínua acrescentada à formação e o acompanhamento constante, também graças à digitalização dos dados, permite destacar o trabalho realizado e os problemas emergentes.

Em cooperação com a DNRN, será preparado um "Manual do Formador do Registo Civil", uma ferramenta ágil

O último dia da semana será dedicado ao trabalho em grupo, com o apoio de um tutor, a fim de verificar as competências adquiridas e a capacidade de transmitir conteúdos com vista a reforçar as competências transversais. Durante as aulas os estagiários terão a oportunidade de simular a entrada de dados de acordo com o novo sistema eCRVS.

Os módulos serão geralmente organizados de acordo com os seguintes temas:

- Introdução: contexto geral (estatísticas de registo, problemas contextuais e técnicos, disseminação do sistema de postos de registo)
- Direito internacional e direito do registo civil em Moçambique
- O novo Código do Registo Civil
- Introdução de dados do sistema eCRVS
- Digitalização de registos
- Análise de dados para estatísticas vitais
- Módulo transversal: formado para formar (trabalho de grupo)
- Direitos da criança: Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e a Carta Africana dos Direitos da Criança (2004)
- Interligação entre instituições (Saúde, Educação, Interior, etc.) com base em experiências reais no país e questões de género

O curso será avaliado com um questionário administrado no início e no final do curso para verificação imediata das competências adquiridas e um questionário aos 6 meses para avaliar o impacto do curso.

O líder do projecto, responsável pela área de formação, será apoiado por um perito BRAVO! Assim, apenas são pagas as despesas de bolso para as missões em Moçambique.

<b>Actividades</b>	1.3
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Direcção de Planeamento e Cooperação Centro de Formação Jurídica e Judiciária
<b>Localização</b>	Matola
<b>Custos</b>	46.300 €
<b>saída</b>	Folhetos do programa do curso de pré e pós-teste

#### **R1.4 Formação de 160 conservadores ou registadores nas províncias**

##### **→ Objectivo**

É desejável que todos os *conservadores* do país e a maioria dos técnicos responsáveis pelo registo civil nas províncias alvo sejam actualizados na legislação e regulamentos, procedimentos e na utilização da nova tecnologia, de forma funcional para a correcta implementação do sistema eCRVS.

##### **→ Metodologia e processos**

De acordo com a lógica da formação em cascata, os formatos referidos na atividade 1.3, serão formados para formar os outros técnicos do registo civil que terão de implementar a reforma do registo civil. Os novos formatos vão colocar em prática o que foi aprendido a fim de transmitir conteúdos e técnicas do novo sistema de registo, de acordo com a lógica da *formação em serviços (training on the job)* e apoiados por tutor e formadores fornecidos pelos parceiros. O processo de seleção dos 160 conservadores que participarão na formação deve ser avaliado em conjunto com o DNRN e a DPJC. Nas capitais das províncias, a ACAP organizará um curso de formação de 5 dias, será solicitado às Direções Provinciais da Justiça e trabalho que indique os locais adequados para sua realização e, se não for indicado nenhum espaço, será identificado pelo ATS.

As seguintes despesas relacionadas com a formação serão pagas aos formandos: ajudas de custo diárias, viagens e alojamento, refeições, material de formação.

Os módulos serão organizados, em geral, de acordo com os temas propostos para a formação de formadores na actividade 1.3, mas com ênfase na parte central do código, registo electrónico e digitalização como se segue:

- Contexto geral, direito internacional e direito do registo civil em Moçambique
- O novo Código do Registo Civil
- Introdução de dados no sistema eCRVS (eSIRCEV)
- Digitalização de registo
- Análise de dados para estatísticas vitais
- Interligação entre instituições (Saúde, Educação, Interior, etc.) com base em experiências reais no país e questões de género.

O sistema de avaliação inclui a administração de um questionário no início e no fim do curso.

<b>Actividades</b>	1.4
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Direcção de Planeamento e Cooperação Direcções Provinciais de Justiça
<b>Localização</b>	Todas as províncias
<b>Custos</b>	59.500 €
<b>Saída</b>	Programa do Curso pré-teste e pós-teste

#### **R 1.5. Avaliação dos recursos humanos, reabilitação mínimas e equipamento da CPS em Nampula, Gaza e Província de Maputo**

##### **→ Objectivo**

O objectivo desta actividade é planear operacionalmente as actividades dos Centros de Apoio Provincial (CPS), avaliar e confirmar o pessoal interno já identificado como responsável pelo CPS ou seleccionar/contratar directamente outras figuras para completar o quadro mínimo necessário. Além disso, será necessário fazer uma nova avaliação da necessidade de adaptar os CPS identificados nas províncias-alvo, tendo em conta o equipamento já fornecido pela UNICEF.

##### **→ Metodologia e processos**

Os CPS são os Centros Provinciais de Apoio Técnico-jurídico e Logístico. Será seleccionado um recurso ACAP como gestor do CPS que será responsável por tudo relacionado com o funcionamento técnico dos CPS (presença de condições mínimas de trabalho e recursos humanos).

Respeito aos recursos humanos, nesta fase, gostaríamos de fazer uma proposta relativa à escolha dos dois técnicos no domínio técnico-jurídico necessários para a assistência a prestar a todos os técnicos de registo no território e numa base permanente nos CPS. A fim de reforçar os recursos humanos que já estão no Ministério da Justiça e de deixar um impacto do projecto a longo prazo, considera-se que os 3 técnicos jurídico-administrativos devem ser identificados nas respectivas direcções provinciais, caso ainda não tenham sido identificados. Portanto, embora fosse possível incluir estes recursos com incentivos, seria o caso de contratar separadamente os três técnicos de TI seleccionados e formados para prestar assistência ao SIRCEV.

O planeamento operacional das actividades e do equipamento será efectuado com base em:

- Avaliação dos recursos humanos com base nas indicações fornecidas: pelo menos 2 figuras profissionais dedicadas (um técnico informático e um técnico superior de registo civil, geralmente um *conservador* com mais experiência e formação específica na introdução do SIRCEV), que assistem por telefone, e-mail e visitas a



instalações periféricas, funcionários do registo civil e outros técnicos envolvidos na gestão do sistema de registo electrónico nos distritos. A avaliação dos recursos humanos será contínua durante o projecto, com base também nos relatórios de actividade dos técnicos envolvidos nas CPSs.

- Número de distritos alocados ao CPS ligados ao SIRCEV.
- Projeções do Fluxo de registos
- Número de boletins e livros de assento disponíveis
- Principais criticidades e dificuldades encontradas no registo civil no âmbito do novo sistema
- Visitas no local para verificar o equipamento e pequenas reabilitações
- Preparação de um pequeno guia, em formato digital, para os recursos humanos do CPS contendo os principais pontos críticos que podem ser encontrados com o novo sistema e como resolvê-los, referindo-se, entre outros, à secção FAQ dentro do KIT dos Agentes do Registo Civil.

O coordenador do projeto providenciará também a seleção e formação do pessoal técnico considerado necessário para o bom funcionamento do CPS.

Cada CPS terá, portanto, de ser totalmente funcional e equipado com instrumentos básicos que possam realizar de forma óptima a assistência e o trabalho de apoio exigido aos técnicos de CPS. Estes foram equipados, no âmbito da colaboração DNRN-UNICEF, com hardware e equipamento telefónico, um veículo (já adquirido com fundos da Unicef em todas as províncias), espaço para armazenamento e gestão de materiais necessários às *conservatórias* e postos de registo na província, pelo que será essencial elaborar um inventário de pequenas reabilitações e equipamento com base nas necessidades. Os parceiros do projecto, cada um pela sua área de competência, com a coordenação do coordenador de projeto, efetuarão visitas para verificar, através de uma tabela de funcionamento do CPS que será fornecida pelo coordenador de projeto a usabilidade dos espaços dedicados ao CPS e a adequação dos materiais.

<b>Actividades</b>	1.5
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Direcção de Planeamento e Cooperação Direcções Provinciais da Justiça Conservatórias nas províncias alvo
<b>Localização</b>	Nampula, Xai-xai, Matola
<b>Custos</b>	31.100 €
<b>Saída</b>	avaliação do equipamento necessário a partir de um padrão mínimo, como por exemplo: -1 ou 2 Portátil - 2 Desktop 2 Impressoras 2 Mesas de escritório 2 cadeiras 1 ar condicionado 2 Telefones E dois recursos humanos especializados dedicados

#### **R1.6. Implementação e avaliação do serviço de CPS na Província de Nampula**

##### **→ Objectivo**

Implementar na província piloto de Nampula o CPS, que será equipado com dois técnicos 100% dedicados a assistir todos os operadores do registo civil na província cujas unidades estão a ser expandidas pelo novo sistema eCRVS. Uma vez em condições de trabalho, esta primeira província

piloto delineará um modelo de trabalho a ser replicado nas outras duas províncias após os dois primeiros meses de implementação.

#### → **Metodologia e processos**

O CPS terá de funcionar como indicado no concurso e de acordo com os ajustamentos que serão identificados durante o planeamento com a DNRN e a Direcção Provincial de Justiça de Nampula. A assistência é prestada por telefone, correio electrónico e intervenção directa nos distritos. Os responsáveis do CPS participam na coordenação de campanhas de sensibilização na província (Actividade - 1.8- 1.10- 1.12). Os técnicos do CPS terão de ser capazes de prestar assistência tanto em questões de TI, como em questões jurídico-administrativas sobre as novas regras e procedimentos, e em questões logísticas com o fornecimento atempado de consumíveis, etc.. O apoio, tal como indicado no Aviso da AICS, consiste em poder lidar com os prováveis problemas de funcionamento da aplicação e familiarização com o equipamento informático por parte dos funcionários do registo civil, bem como com dúvidas sobre a interpretação das novas regras, especialmente em situações que ainda não têm soluções codificadas durante um período de cerca de dois anos, foi estabelecido que em cada Direcção Provincial de Justiça estará a funcionar um Centro de Apoio Provincial (CPS).

Após uma implementação inicial, serão realizadas avaliações que levarão em conta o parecer da AICS-ATS e DNRN e, se necessário, serão feitas alterações consensuais ao modelo de CPS concebido na fase de concepção do projeto. Por exemplo, será possível modificar

- tipo de perfil profissional requerido
- formas de lidar com as dificuldades na utilização do sistema informático
- interpretação jurídico-administrativa
- quantidade e duração das missões dos técnicos nos distritos
- quantidade de materiais necessários.

Na avaliação do CPS, eles influenciarão:

- a carga de trabalho diário da CPS
- N visitas planeado as conservatórias
- Relatórios intermédio a enviar à Ente responsável pelo projeto com dados provisórios sobre (nº de chamadas por dia, nº de e-mails recebidos, tipo de pedidos, principais problemas encontrados com o novo sistema e como resolvê-los, rapidez de resposta)
- Principais problemas técnicos/TI encontrados
- Grandes problemas com o sistema de introdução e digitalização de dados.
- O Responsável pelo CPS tem um papel fundamental nesta fase de modelização do CPS.

<b>Actividades</b>	1.6
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Direcção Provincial de Planeamento e Cooperação Direcção Provincial de Justiça Nampula Conservatórias de Nampula onde está instalado o SIRCEV
<b>Localização</b>	Nampula
<b>Custos</b>	14.200 €
<b>Saída</b>	Modelo CPS Relatórios do Responsável do CPS nas três províncias

### **R1.7. Implementação do modelo final do serviço CPS em Nampula, Gaza e Província de Maputo**

#### → **Objectivo**

Alargar a Xai-xai e Matola a instalação operacional do CPS de acordo com o modelo correcto após o

piloto de 3 meses na primeira província piloto (ver atividade anterior).

→ **Metodologia e processos**

Com base nas avaliações e no modo operacional desenvolvido de acordo com as Actividades e1.5 o 1.6, o sistema será implementado também nas províncias de Maputo e Gaza, declinando-o com base nos detalhes do contexto. Especificamente, serão tidas em conta as variáveis de contexto para a província de Maputo e Gaza, que já estão disponíveis de acordo com as Actividades. 1.5.

Isto implicará a implementação/adaptação ao novo contexto do modelo já desenvolvido para Nampula, tentando replicar os métodos operacionais que serão sistematizados em detalhe para uma replicação rápida e fácil, adaptada ao contexto, cujas variáveis já estarão disponíveis graças a um relatório de avaliação CPS de Nampula, Província de Maputo e Gaza em termos de espaço, equipamento e recursos humanos.

A implementação do modelo de CPS nas outras duas Províncias será contudo acordada e discutida com as Direcções Provinciais de Justiça.

<b>Actividades</b>	1.7
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Direcção de Planeamento e Cooperação Direcção Provincial de Justiça Nampula, Gaza e Registos da Província de Maputo onde o SIRCEV está instalado nas três províncias alvo
<b>Localização</b>	Nampula, Xai-xai e Matola
<b>Custos</b>	207.250 €
<b>Saída</b>	Relatórios do Chefe do CPS nas três províncias

#### **R1.8.Planeamento e implementação da campanha de informação sobre o registo electrónico do estado civil na província de Nampula**

→ **Objectivo**

O objectivo desta actividade é informar e sensibilizar a população da Província de Nampula sobre o novo registo electrónico no Registo do Estado Civil.

→ **Metodologia e processos**

Existe uma crença generalizada entre as organizações internacionais que trabalham sobre o registo civil de que uma das causas das baixas taxas de registo é o baixo interesse entre a população. A experiência do BRAVO! Em contextos muito heterogéneos mostra um forte desejo de possuir documentos de identidade e de pertencer à comunidade nacional. Os obstáculos ao registo estão bastante relacionados com a distância dos centros de registo, a falta de conhecimento dos procedimentos e os períodos de gratuidade do registo. Portanto, o ACAP-Programme BRAVO! estará envolvido na sensibilização da população através de reuniões públicas, cartazes informativos, mensagens de rádio, entrevistas dos *campaigner* e dos funcionários do registo civil em centros de saúde, escolas, aldeias, repartições de registo civil e através de representações teatrais itinerantes. As mensagens da campanha de sensibilização e registo terão em conta os dados do último *Recenseamento de 2017*, acabado de ser divulgado (Maio de 2019), que destaca algumas das causas que dificultam o registo de nascimento. Tendo em conta as crianças não registadas com idade inferior aos 18 anos, quando lhe perguntaram "porque não registou o seu filho?

- 28,9% responderam que a razão era a distância do registo civil da sua jurisdição mais de 21% citam a falta de tempo como a causa.quase 12% dizem que a criança é ainda muito nova para ser registada
- 11,7% não têm informação suficiente
- 9,4% dizem que o registo é caro
- 9,1% dos pais não têm um bilhete de identidade.

Com base na experiência de décadas do programa ACAP - BRAVO! em informação e sensibilização, as campanhas serão estruturadas da seguinte forma nos distritos onde o novo sistema eSIRCEV está a ser utilizado.

- **Organização das *brigadas móveis*.** Equipas de trabalho compostas por 2 *campaigner* e um funcionários do registo civil, sempre que possível, serão organizadas para se deslocarem pela província durante 6 semanas no primeiro ano e 4 semanas no segundo ano. Na Província de Nampula, como explicado acima na nota metodológica, 14 distritos serão incluídos em acordo com a Direcção Provincial de Justiça. Com a Direcção Nacional será decidido qual o grupo etário a incluir nos registos, uma vez que tal não foi indicado no aviso. Será proposto à DNRN oferecer uma extraordinária campanha gratuita para crianças na faixa etária 0-5, a fim de garantir o acesso ao direito à educação, uma vez que a certidão de nascimento é necessária para fazer o exame final do primeiro ciclo.

Numa *abordagem de envolvimento comunitário*, os "secretários de aldeia" estarão envolvidos na organização das reuniões e informarão a população sobre o calendário das campanhas para o registo civil. Ao escolher locais para actividades de informação, sensibilização e registo, será dada preferência aos centros de saúde e escolas, mas não serão excluídos os mercados e os postos administrativos.

Serão formados sete grupos de duas pessoas, para um total de 14 *campaigner* (cada grupo deslocar-se-á em dois distritos). Este pessoal será escolhido com base em experiências anteriores semelhantes: a UNICEF tem implantado *brigadas móveis* em todo o país desde 2004, formando centenas de pessoas. Os *campaigner* seleccionados receberão mais formação sobre o que há de novo na reforma eSIRCEV.

Na formação, será dada ênfase à importância de diferenciar a comunicação para homens e mulheres, tentando cuidar de diferentes sensibilidades e ultrapassar obstáculos em termos de crenças e opiniões, por exemplo, explicando às mulheres jovens a possibilidade de se registarem sem dar um nome próprio, ou para homens a importância de se registarem mesmo na sua ausência, etc.

Os *campaigner* serão seleccionados nos diferentes distritos para reduzir os custos de transporte e serão fornecidos folhetos bilíngues Português/Macua para distribuir à população com mensagens claras e directas sobre os benefícios/direitos do registo, megafones e papelaria, roll-ups para visibilidade em locais públicos, T-shirts, mesas e cadeiras para o serviço de registo.

- **Mensagens de rádio:** Durante os 7 dias anteriores à data fixada, serão transmitidas mensagens nos vários locais rurais dos distritos identificados, a fim de sensibilizar para a importância do registo, de dar orientações práticas sobre onde e como efectuar o registo.
- **Teatro:** O programa ACAP- BRAVO! Há muito que utiliza o teatro para transmitir informações e mensagens de sensibilização sobre a importância do registo de nascimento no registo civil. Há alguns anos, um perito do BRAVO! Escreveu uma peça que é depois adaptada de tempos a tempos em função do contexto, neste caso, por exemplo, terá de ser traduzido para a língua local e as alterações devidas à reforma do registo civil acrescentadas. Habitantes da *aldeia* (aldeia) e *localidade*, e técnicos do registo civil serão convidados para o espectáculo a fim de tornar esta actividade de entretenimento num momento educativo para a população, que pode fazer perguntas directamente aos técnicos do registo civil.

<b>Actividades</b>	1.8
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Direcção de Planeamento e Cooperação

	Direcção Provincial de Justiça Nampula Distritos na Província de Nampula onde a SIRCEV opera
<b>Localização</b>	Nampula, distritos onde a SIRCEV opera
<b>Custos</b>	238.500 €
<b>Saída</b>	folhetos, formulários de registo , roll-ups para visibilidade em locais públicos, t-shirts com logótipos, spot-vídeos, fotografias

### R1.9. Estabelecimento da rede de parceiros para a promoção do registo electrónico do estado civil em Nampula

#### → **Objectivo**

De acordo com o convite à apresentação de propostas da AICS, o objectivo desta actividade é estabelecer colaborações com os Serviços Distritais de Saúde, Mulheres e Acção Social (SDSMAS), ONGs e outras instituições que operam no território e formação de 2 dias de enfermeiros de Saúde Materna e Infantil, Agentes Polivalentes Elementares (APE), "matronas" (parteiras informais), jornalistas de rádios comunitárias, activistas comunitários (já activos noutras áreas de mobilização comunitária, tais como voluntários para a protecção de órfãos, membros de comités de saúde, recenseamento, conselhos escolares, etc.) criando uma rede de parceiros que estimulará a utilização de novos notificados comunitários credenciados (cerca de 80 pessoas por província.), criando uma rede de parceiros para estimular e facilitar a utilização de novos notificados comunitários credenciados (aproximadamente 80 pessoas por província).

#### → **Metodologia e processos**

O ATS propõe a organização de duas reuniões, uma no primeiro e outra no segundo ano, a fim de criar uma rede de parceiros que possam desempenhar um papel na melhoria do sistema de registo civil na Província de Nampula. Nos primeiros meses do projecto, estas reuniões serão organizadas através da identificação de possíveis participantes utilizando a seguinte metodologia:

- Aos PD individuais da Saúde e da Acção Social e das Mulheres em Nampula será pedido que identifiquem pessoas que possam ter um maior impacto na população. No caso do PD da Saúde, poderão ser sugeridas enfermeiras, *matronas*, parteiras, etc.; o PD da Educação será convidado a escolher um representante de entre directores de escolas, directores pedagógicos, professores, conselhos escolares; o PD da Acção Social contribuirá com os nomes dos *activistas* (protecção de órfãos, membros de comités de saúde, censos).
- identificação de outros possíveis parceiros a nível territorial dentro das outras categorias identificadas pelo apelo da AICS.

Os tópicos das reuniões serão:

- Direitos da Criança: Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e a Carta Africana [dos](#) Direitos da Criança (2004);
- o sistema de registo civil em Moçambique: a reforma do código do registo civil, os organismos envolvidos, os procedimentos de registo, a geolocalização do novo sistema (registadores e postos de registo actualizados);
- promoção e comunicação do registo civil;

OST (Open space Technology) será organizado para que todos os estagiários trabalhem proactivamente: eles serão capazes de avaliar o que aprenderam no dia anterior e ao mesmo tempo fornecer ideias e indicações, com base no seu perfil profissional, para melhor alcançar as pessoas. O OST permitirá que os relatórios dos grupos de trabalho sejam recolhidos e resumidos num único relatório de encerramento no qual será possível identificar orientações para acções que possam ser facilmente replicadas nos territórios.

<b>Actividades</b>	1.9
--------------------	-----

<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN DPJ Nampula Direcção Provincial de Saúde Nampula Direcção Provincial de Educação Nampula Direcção Provincial de Acção Social Nampula
<b>Localização</b>	Nampula
<b>Custos</b>	28.000 €
<b>Saída</b>	Relatório de actividades, fotos, rede de parceiros

#### **R1.10. Planeamento e implementação da campanha de informação sobre o registo electrónico do estado civil na província de Gaza**

##### **→ Objectivo**

O objectivo desta actividade é informar e sensibilizar a população da Província de Gaza sobre o novo registo electrónico no Registo do Estado Civil.

##### **→ Metodologia e processos**

Sob a supervisão do parceiro principal Comunità Sant'Egidio ACAP, o modelo de intervenção da campanha levada a cabo na Província de Nampula será replicado para os 6 distritos de Gaza onde o sistema SIRCEV já está operacional nos serviços de registo, dependendo também dos ajustamentos que serão necessários durante a implementação e no que diz respeito à reforma do Estado Civil. Esta actividade será realizada pelo parceiro ACRA com o apoio da contraparte local Kulima, a ONG que apoiará estas actividades no local graças à sua experiência em projectos de informação e sensibilização.

- **Organização de brigadas móveis.** Equipas de trabalho compostas por 2 *activistas* e um secretário, sempre que possível, serão organizadas para se deslocarem na província durante 6 semanas no primeiro ano e 4 semanas no segundo ano. Na Província de Gaza, como explicado acima na nota metodológica, os 6 distritos serão incluídos de acordo com a Direcção Provincial de Justiça. Com a Direcção Nacional será decidido qual o grupo etário a incluir nos registos, uma vez que não foi indicado no anúncio. Será proposto à DNRN oferecer uma extraordinária campanha gratuita para crianças dos 0-5 anos, a fim de garantir o acesso ao direito à educação, uma vez que a certidão de nascimento é necessária para fazer o exame final do primeiro ciclo.

Numa *abordagem de envolvimento comunitário*, os "secretários de aldeia" serão envolvidos na organização das reuniões e informarão a população sobre o calendário das nomeações para o registo do estado civil. Ao escolher locais para actividades de informação, sensibilização e registo, será dada preferência a instalações de saúde e educação, mas não serão excluídos locais e mercados administrativos.

Serão formados três grupos de duas pessoas, para um total de 6 *activistas* (cada grupo deslocar-se-á em dois distritos). Este pessoal será escolhido com base em experiências anteriores semelhantes: a UNICEF tem implantado *brigadas móveis* em todo o país desde 2004, formando centenas de pessoas. Os *activistas* seleccionados receberão mais formação sobre o que há de novo na reforma SIRCEV.

Na formação, será dada ênfase à importância de diferenciar a comunicação para homens e mulheres, tentando cuidar de diferentes sensibilidades e ultrapassar obstáculos em termos de crenças e opiniões, por exemplo, explicando às mulheres jovens a possibilidade de se registarem sem dar um nome próprio, ou para homens a importância de se registarem mesmo na sua ausência, etc.

Os *activistas* serão seleccionados nos diferentes distritos para reduzir os custos de transporte e serão fornecidos folhetos bilíngues em português/idioma local para distribuir à população com mensagens claras e directas sobre os benefícios/direitos do registo, formulários de registo rubricados, megafones e papelaria, roll-ups para visibilidade em locais públicos, T-shirts, mesas e cadeiras para o serviço de registo.

Mensagens de **rádio**: As mensagens serão transmitidas nos sete dias anteriores à data fixada nos



vários locais rurais dos distritos identificados, a fim de sensibilizar para a importância do registo, de dar orientações práticas sobre onde e como efectuar o registo.

- **Teatro:** O programa ACAP- BRAVO! Há muito que utiliza o teatro para transmitir informações e mensagens de sensibilização sobre a importância do registo de nascimento no registo civil. Há alguns anos, um perito do BRAVO! escreveu um guião que é depois adaptado de tempos a tempos pelas companhias de teatro em função do contexto, neste caso, por exemplo, terá de ser traduzido para a língua local e as alterações devidas à reforma do estado civil acrescentadas. *Campanhas*, habitantes da *aldeja* (aldeia) e *localidade*, e técnicos do registo civil serão convidados para o espectáculo a fim de tornar esta actividade de entretenimento num momento educativo para a população, que pode fazer perguntas directamente aos técnicos do registo civil.

<b>Actividades</b>	1.10
<b>Actores envolvidos</b>	MJC R DNR N Direcção Provincial de Justiça Gaza Distritos na província de Gaza onde a SIRCEV opera
<b>Localização</b>	Província de Gaza, distritos onde o SIRCEV está operacional
<b>Custos</b>	123.700 €
<b>Saída</b>	folhetos, formulários de registo rubricados, roll-ups para visibilidade em locais públicos, t-shirts com logótipos, spot-videos, fotografias

#### **R 1.11. Estabelecimento da rede de parceiros para a promoção do registo electrónico do estado civil em Gaza**

##### → **Objectivo**

Estabelecer colaborações com os Serviços Distritais de Saúde, Mulheres e Acção Social (SDSMAS), ONGs e outras instituições que operam na área, enfermeiras de Saúde Materna e Infantil, Agentes Elementares Polivalentes (APE), parteiras informais, jornalistas de rádios comunitárias, activistas comunitários (já activos noutras áreas de mobilização comunitária, tais como voluntários de protecção de órfãos, membros de comités de saúde, censo, conselhos escolares, etc.) criando uma rede de parceiros para estimular a utilização de novos notificadores comunitários credenciados na província de Gaza.

##### → **Metodologias e processos**

Também neste caso, seguindo o formato aplicado em Nampula como acima, as Direcções Provinciais de Saúde, Educação e Acção Social serão envolvidas a fim de identificar parte dos sujeitos aderentes à rede. Dadas as características sociais e de rede activas na província de Gaza, o pessoal da ACRA ONG parceira e da ONG local parceira Kulima estará envolvido, e identificarão outros aderentes à Rede, retirados das redes formais e informais com as quais colaboram. As mulheres da rede que já participaram nas campanhas contra a violência doméstica e a SIDA que estão atualmente a trabalhar no crédito de solidariedade ligado ao parceiro local Kulima serão envolvidas, para mencionar alguns exemplos.

Para questões de gestão e formação, consulte por favor a atividade 1.9.

<b>Actividades</b>	1.11
--------------------	------

<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN DPJ Gaza Direcção Provincial de Saúde de Gaza
	Direcção Provincial de Educação Gaza Direcção Provincial de Acção Social Gaza Kulima
<b>Localização</b>	Nampula
<b>Custos</b>	28.000 €
<b>Saída</b>	Relatórios de actividades, fotografias, reuniões

#### **R1.12. Planeamento e implementação da campanha de informação sobre o registo electrónico do estado civil na Província de Maputo**

##### **→ Objectivo**

O objectivo desta actividade é de informar e sensibilizar a população da Província de Maputo sobre o novo registo electrónico no Registo do Estado Civil.

##### **→ Metodologia e processos**

Sob a supervisão do Ente Executora Comunità Sant'Egidio-ACAP, o modelo de intervenção da campanha realizada na Província de Nampula será replicado para os 8 distritos de Maputo onde o sistema eSIRCEV já está operacional nas Conservatórias, dependendo também dos ajustamentos que serão necessários durante a implementação e no que diz respeito à reforma do Registo Civil. O co-executor LVIA será o responsável por esta atividade.

- **Organização dos *brigadas moveis*.** Equipas de trabalho compostas por 2 *campaigner* e um técnico de registo, sempre que possível, serão organizadas para se deslocarem na província durante 6 semanas no primeiro ano e 4 semanas no segundo ano. Na Província de Maputo, como explicado acima na nota metodológica, 8 distritos serão incluídos de acordo com a Direcção Provincial de Justiça. Com a Direcção Nacional será decidido qual o grupo etário a incluir nos registos, uma vez que tal não foi indicado no anúncio. Será proposto à DNRN oferecer uma extraordinária campanha gratuita para crianças dos 0-5 anos, a fim de garantir o acesso ao direito à educação, uma vez que a certidão de nascimento é necessária para fazer o exame final do primeiro ciclo.

Numa *abordagem de envolvimento comunitário*, os "secretários de aldeia" serão envolvidos na organização das reuniões e informarão a população sobre o calendário das campanhas para o registo civil. Ao escolher locais para actividades de informação, sensibilização e registo, será dada preferência ao Centro de saúde e as escolas, mas não serão excluídos locais e mercados administrativos.

Serão formados quatro grupos de duas pessoas, para um total de 8 *campaigner* (cada grupo deslocar-se-á em dois distritos). Este pessoal será escolhido com base em experiências anteriores semelhantes: a UNICEF tem implantado *brigadas móveis* em todo o país desde 2004, formando centenas de pessoas. Os *campaigner* seleccionados receberão mais formação sobre o que há de novo na reforma eSIRCEV.

Na formação, será dada ênfase à importância de diferenciar a comunicação para homens e mulheres, tentando cuidar de diferentes sensibilidades e ultrapassar obstáculos em termos de crenças e opiniões, por exemplo, explicando às mulheres jovens a possibilidade de se registarem sem dar um nome próprio, ou para homens a importância de se registarem mesmo na sua ausência, etc.

Os *campaigner* serão seleccionados nos diferentes distritos para reduzir os custos de transporte e serão fornecidos folhetos bilíngues em português/idioma local para distribuir à população com mensagens claras e directas sobre os benefícios/direitos do registo, formulários de registo,



megafones e papelaria, roll-ups para visibilidade em locais públicos, T-shirts, mesas e cadeiras para o serviço de registo.

- Mensagens de **rádio**: Durante os 7 dias anteriores à data fixada, serão transmitidas mensagens nos vários locais rurais dos distritos identificados, a fim de sensibilizar para a importância do registo, de dar orientações práticas sobre onde e como efectuar o registo.
- **Teatro**: O programa BRAVO! Há muito que utiliza o teatro para transmitir informações e mensagens de sensibilização sobre a importância do registo de nascimento no registo civil. Há alguns anos, um perito do BRAVO! Escreveu uma peça que é depois adaptada de tempos a tempos pelas companhias de teatro em função do contexto, neste caso, por exemplo, terá de ser traduzido para a língua local e as alterações devidas à reforma do registo civil acrescentadas. Os *campaigners*, habitantes da *aldeja* (aldeia) e técnicos do registo civil e da *localidade* serão convidados para o espectáculo, a fim de tornar esta atividade de entretenimento num momento educativo para a população, que pode fazer perguntas diretamente aos técnicos do registo civil.

<b>Actividades</b>	1.12
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Direcção Provincial de Justiça Província de Maputo Distritos na Província de Maputo onde a SIRCEV opera
<b>Localização</b>	Província de Maputo, distritos onde a SIRCEV opera
<b>Custos</b>	148.600 €
<b>Saída</b>	folhetos, formulários de registo rubricados, roll-ups para visibilidade em locais públicos, t-shirts com logótipos, spot-videos, fotografias

### **R1.13. Estabelecimento da rede de parceiros para a promoção do registo electrónico do estado civil na Província de Maputo**

#### **→ Objectivo**

Estabelecer parcerias com os Serviços Distritais de Saúde, Mulheres e Acção Social (SDSMAS), ONGs e outras instituições que operam no território, enfermeiras da Saúde Materna e Infantil, Agentes Elementares Polivalentes (APE), "matronas" (parteiras informais), jornalistas de rádios comunitárias, activistas comunitários (já activos noutras áreas de mobilização comunitária, tais como voluntários para a protecção de órfãos, membros de comités de saúde, recenseamento, conselhos escolares, etc.) criando uma rede de parceiros que estimulará a utilização de novos notificadores comunitários credenciados na província de Maputo.), criando uma rede de parceiros para estimular e facilitar a utilização dos novos notificadores comunitários credenciados na província de Maputo.

#### **→ Metodologia e processos**

Também neste caso, seguindo o formato aplicado em Nampula como acima, as Direcções Provinciais de Saúde, Educação e Acção Social serão envolvidas a fim de identificar parte dos membros da rede. Dadas as características sociais e de rede activas na província de Maputo, o pessoal das ONG parceiras da LVIA estará envolvido: a presença da LVIA em Moçambique data de 2004 com um projecto-piloto para o desenvolvimento de um centro de reciclagem de resíduos sólidos urbanos no Bairro Hulene B, em Maputo. Em 15 anos de trabalho, a LVIA implementou várias intervenções para a promoção da educação ambiental, inclusão social e reciclagem de plásticos como um instrumento de alívio da pobreza e oportunidades de empreendedorismo sustentável. Isto permitiu a assistência dos grupos mais vulneráveis da população (jovens e mulheres, pessoas afectadas pelo VIH/SIDA) aos quais a Rede se irá referir.

Portanto, uma parte, cerca de 70%, dos membros da Rede será indicada pelas Direcções Provinciais, os restantes 30% serão escolhidos entre os sujeitos territoriais que colaboram com a LVIA e as rádios comunitárias.

Para questões de gestão e formação, consulte por favor a actividade 1.9

<b>Actividades</b>	1.13
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN DPJ Província de Maputo Direcção Provincial de Saúde Província de Maputo Direcção Provincial de Educação Província de Maputo Direcção Provincial de Acção Social Província de Maputo
<b>Localização</b>	Matola
<b>Custos</b>	28.000 €
<b>Saída</b>	Relatórios de actividades, fotografias, reuniões

#### **R1.14.Avaliação do impacto das campanhas de informação e sensibilização**

##### **→ Objectivo**

Esta actividade será necessária a fim de avaliar o impacto das campanhas de sensibilização e registo nas populações alvo, tal como foram concebidas. A avaliação em curso será muito útil para fazer os ajustamentos necessários para ter o máximo impacto nos registos do estado civil.

##### **→ Metodologia e processos**

A amostra sobre a qual avaliar a campanha será melhor definida no plano operacional, também com base em consultas com a DNRN. Poderiam ser escolhidos distritos representativos das três províncias, por exemplo. A avaliação do impacto das campanhas de informação e sensibilização será gerida através da construção de um modelo, verificado através de inquéritos KAP, tendo em conta uma série de elementos como, por exemplo

- estabelecer objectivos para a avaliação tanto do serviço de informação/sensibilização/registos civis como do chamado impacto mais amplo. Considera-se que uma medição adequada do impacto deve ter em conta não só os beneficiários mas todo o universo de intervenientes. O impacto de uma campanha de sensibilização, complexa e estruturada em várias actividades como a aqui proposta, tem amplas repercussões que muitas vezes vão muito além do planeamento linear, envolvendo várias esferas da vida (direito, saúde, educação, etc.), várias partes interessadas, interagindo num sistema de relações que pode ser de ajuda, ou obstáculo, no que diz respeito aos resultados;
- Identificação das partes interessadas sujeitas à avaliação. Neste caso, é fundamental poder distinguir entre beneficiários directos no que diz respeito a campanhas, o sistema de relações e práticas que se referem ao registo civil. O registo civil deve de facto ser promovido em todos os locais, territórios e instituições, pois é um direito universal que não pode ser renunciado e abre a porta a mais direitos e *boa governação*;
- medição dos resultados, o *núcleo* do processo de avaliação, é o instrumento qualitativo-quantitativo a ser utilizado para determinar o sucesso ou não da campanha;
- verificação e monitorização, ou seja, a gestão de todo o processo de avaliação.

A construção de indicadores representa a fase de operacionalização do impacto. Estamos na área da medição pura e são aqui propostos três níveis/dimensões de medição como abordagem geral e ilustrativa (detalhes disponíveis no Plano de Monitorização e Avaliação):

##### *Conhecimento (IOV - R1.4)*

- descrição: queremos medir o nível de conhecimento da população sobre os novos métodos

de registo civil, a sua finalidade, o que significa registar os seus filhos ou promover os registos tardios

- medição: será utilizado um questionário/entrevista estruturado (abordagem quantitativa) e será escolhida uma amostra para entrevistas orientadas (abordagem qualitativa)
- tempo de detecção: antes do início da campanha e no final da campanha
- *Atitude (IOV - R1.5)*
- descrição: o objectivo é medir a atitude (positiva-negativa-indiferente) em relação ao registo civil de crianças.
- medição: será utilizado um pequeno questionário/entrevista (abordagem quantitativa) e será escolhida uma amostra para entrevistas orientadas (abordagem qualitativa)
- tempo de detecção: antes do início da campanha e no final da campanha

*Práticas (IOV - R1.6)*

- descrição: aqui a medição visa avaliar a "mudança de comportamento" e o número de pessoas que registaram os seus filhos;
- medição: número registado como resultado de campanhas e comparação com dados gerais de registo
- tempo de detecção: fim da campanha

<b>Actividades</b>	1.14
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN DPJ Líderes da aldeia
<b>Localização</b>	Províncias-alvo
<b>Custos</b>	29.850 €
<b>Saída</b>	Questionários a enviar à população que participa nas campanhas Relatório da avaliação do impacto das campanhas de informação através de inquéritos KAP

## R2. Implementação do sistema e-SIRCEV no postos de registo civil hospitalares das capitais dos distritos e em algumas unidades sanitárias distritais rurais das províncias focais

Como resultado de várias reuniões técnicas aprofundadas entre Peritos qualificados do Programa BRAVO! da Sant'Egidio e a Direcção Nacional dos Registos e Notariados e outras Instituições do estado relevante para o projecto, o Resultado 2, permite alargar o âmbito do sistema eCRVS no país e conceber e validar - de acordo com a DNRN - um estudo científico sobre o impacto das actividades de registo em postos de registo hospitalares, estabelecendo os critérios de análise dos processos iniciados. De facto, esta atividade visa desenvolver a disseminação do acesso ao registo civil, através da criação de postos de registo civil a serem instalados nos hospitais distritais, em todos os distritos das 3 províncias alvo, bem como em 1 hospital rural em cada província alvo. O estudo sobre o impacto da abertura de posto de registo nos centros de saúde será realizado em colaboração com a Universidade de Pádua, cuja experiência na análise estatística em contextos africanos representa um valor acrescentado para o projecto. Os peritos e consultores da Universidade de Pádua produzirão um Documento de Orientação final com base nos dados recolhidos e nas análises efectuadas durante os 18 meses de actividade do Postos do Registo Civil.

O Resultado desta atividade, visa:

Integrar no sistema informatizado eSIRCEV (Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais, introduzido no final de 2018) 45 Postos do Registo Civil localizados nas Unidades Sanitárias Distritais (23 na Província de

Nampula, 8 na Província de Maputo e 14 na Província de Gaza), fornecendo os equipamentos tecnológicos e logísticos básicos necessários (dispositivos informáticos e mobiliário) e formando os operadores qualificados (ativistas do registo civil) necessários para o registo electrónico diário dentro dos prazos legais (0-120 dias) de crianças nascidas na respectiva Maternidade no decurso dos 18 meses de actividade em plena capacidade.

Integrar no sistema informatizado eSIRCEV mais 3 Postos do Registo Civil localizados em algumas Unidades Sanitárias Distritais Rurais, na medida de um para cada Província Focal, com as mesmas características logísticas e organizacionais.

Realizar pequenas intervenções de melhoria ou reestruturação ligeira nos Conservatórios Distritais de competência.

Realizar uma avaliação inicial por parte de Sant'Egídio e dos consultores indicados pela Universidade de Pádua para conceber e validar - de acordo com a DNRN - um estudo científico sobre o impacto das atividades propostas, definindo os critérios de análise dos processos iniciados.

A universidade de Pádua vai realizar o estudo de impacto e elaborar um documento de orientação final com base nos dados recolhidos e nas análises efetuadas durante os 18 meses de atividade dos Postos do Registo Civil já citados.

Realização de Workshop final de apresentação pública dos resultados.

## **R2.1. Avaliação Inicial e Estabelecimento de Critérios para Análise de Processos**

### → **Objectivo**

realizar uma avaliação inicial por parte de Sant'Egídio e dos Consultores indicados pela Universidade de Pádua para conceber e validar - de acordo com a DNRN - um estudo científico sobre o impacto das actividades propostas, definindo os critérios de análise das processos iniciados

### → **Metodologia e processos**

De acordo com as autoridades governamentais, será feita uma Consultoria para avaliação inicial e definição de indicadores de resultados para o modelo de integração no sistema eCRSV dos Postos do Registo Civil localizados em Unidades Sanitárias Distritais urbanas e rurais seleccionadas (ACAPs); Esta consultoria será feita com a colaboração da Universidade de Pádua Peritos em Ciências Estatísticas e também serão realizadas visitas ao campo.

A universidade de Pádua tem experiência no estudo de impacto do registo civil na sociedade, em países africanos, mais concretamente no Burkina Faso.

<b>Actividades</b>	2.1
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Direcção Provincial da Justiça e Trabalho de Nampula, Gaza e Maputo- Província. Universidade de Pádua, Departamento de Ciências Estatísticas Direcção Provincial da Saúde (DPS) de Nampula, Gaza e Maputo Cidade.
<b>Localização</b>	Nampula, Gaza e Maputo-Província
<b>Custos</b>	29.000 €
<b>Saída</b>	Divulgação do resultados do estudo efectuado pela Universidade de Pádua

## R2.2 Equipamento para os Postos do Registo Civil seleccionados (48) e pequena reabilitação dos Conservatórias

### → **Objectivo**

Tornar operacionais 48 novos Postos do Registo Civil localizados nas Unidades Sanitarias Distritais e Distritais Rurais e integrá-los no sistema informático eSIRCEV. Isto implica fornecer o equipamento tecnológico e logístico básico necessário e os recursos humanos formados (operadores externos qualificados) necessários para o registo electrónico diário dentro dos prazos legais (0-120 dias) das crianças nascidas nas respectivas Maternidades durante os 18 meses de pleno funcionamento.

### → **Metodologia e processos**

Com base nas previsões de alargamento do sistema eSIRCEV evocadas pelo homólogo moçambicano durante as reuniões técnicas aprofundadas com os peritos qualificados do BRAVO! do Programa de Sant'Egidio, os novos 48 Postos do Registo Civil serão colocados nas Unidades Sanitarias Distritais e Rurais de acordo com critérios tais como: disponibilidade da rede Internet, afluência, melhores perspectivas de sustentabilidade do serviço iniciado. A identificação dos novos postos nas Unidades Sanitarias Distritais e Unidades Sanitarias Distritais Rurais será efectuada de acordo com as autoridades responsáveis e divulgada no início do projecto, a fim de permitir, quando necessário, pequenas melhorias ou renovações ligeiras nos Registos Distritais relevantes que são responsáveis a nível territorial pelo trabalho dos postos de registo. Além disso, o projecto encarregar-se-á do equipamento informático e mobiliário dos novos 48 Posto de registos civis hospitalares e da formação inicial dos 48 operadores que terão de efectuar os registos nos novos postos. Estas formações serão realizadas por província através de 1 curso de formação de 5 dias cada, realizado por uma equipa de formadores que também poderão fazer uso dos peritos já formados durante a primeira formação ministrada pelo projecto e outras pessoas de recurso que o projecto terá identificado na província. No final da formação, os agentes formados serão acreditados ao sistema eSIRCEV pela direcção provincial de saúde de referência e assim qualificados para realizar actividades de registo de nascimento 0-120 dias nas unidades de saúde de competência. As direcções provinciais de saúde serão plenamente envolvidas desde o início em todo o processo e informadas oficialmente da próxima abertura dos novos postos de registo nas unidades de saúde distritais e rurais.

<b><u>Actividades</u></b>	<b><u>2.2</u></b>
<b><u>Actores envolvidos</u></b>	MJCR DNRN Direcções Provinciais da Justiça e Trabalho das províncias alvo Direcções Provinciais da Saúde das províncias alvo Conservatórias Distritais das províncias alvo
<b><u>Localização</u></b>	Nampula, Gaza e Maputo-Província
<b><u>Custos</u></b>	Custos: 133.750 euros
<b><u>Saída</u></b>	Relatório de actividades, fotografias, certificados de formação para novos agentes

## R2.3 Actividades de registo on-line no eSIRCEV realizadas por Agentes Distritais

### → **Objectivo**

objectivo

Permitir aos novos 45 Postos do Registo Civil localizados nas Unidades Sanitárias Distritais e aos 3 Postos do Registo Civil localizados em algumas Unidades Sanitárias Distritais Rurais as actividades de registo de nascimento no sistema informático eSIRCEV.

### → **Metodologia e processos**

Após a reabilitação, equipamento e formação dos agentes, pretende-se ver o arranque do registo on-line de uma forma constante e qualitativamente eficaz. Para o efeito, o projecto assegura a tomada a cargo dos recursos humanos dos agente de registo e um coordenador/supervisor por província que será encarregado de supervisionar o bom funcionamento dos novos postos, facilitando a resolução de quaisquer problemas e informando constantemente as pessoas de contacto do projecto por província. Cada agente de registo trabalha na unidade de saúde de referência com uma presença diária estimada de 5 horas durante as quais as suas tarefas serão registar nascimentos e sensibilizar toda a população que flui para a unidade sanitárias sobre a modalidade de registar recém-nascidos. Além disso, o agente de registo terá uma relação estável com a Conservatória competente, cumprindo todas as obrigações legislativas relativas ao registo de nascimento. A estratégia concebida pelo projecto prevê que os agentes de registo recentemente nomeados terão uma relação directa com a Conservatória de referência. Isto garante o controle do trabalho de cada agente, e a sua validação, por parte da Conservatória. Além disso, caso o sistema seja expandido de acordo com o Plano Nacional, a estratégia garante a este pessoal ativo um canal de recrutamento preferencial, dadas as competências técnicas adquiridas em 18 meses de experiência e a classificação territorial.

Os recursos tomados a cargo pelo projecto são :

25 Agentes distritais do Registo Civil nos centros de saúde/ hospitais distritais de Nampula (ACAP); 15 Agentes distritais do Registo Civil nos centros de saúde/ hospitais distritais de Gaza (ACRA); 9 Agentes distritais do Registo Civil nos centros de saúde/ hospitais distritais de Maputo (LVIA); N. 1 Coordenador dos Agentes distritais do Registo Civil nos centros de saúde/ hospitais distritais de Nampula (ACAP); N.º 1 Coordenador dos Agentes distritais do Registo Civil nos centros de saúde/ hospitais distritais em Gaza (ACRA); N.º 1 Coordenador dos Agentes distritais do Registo Civil nos centros de saúde/ hospitais distritais em Maputo (LVIA).

<b>Actividades</b>	2.3
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Direcções Provinciais da Justiça e Trabalho das províncias alvo Direcções Provinciais da Saúde das províncias alvo Conservatórias Distritais das províncias alvo
<b>Localização</b>	Nampula, Gaza e Maputo-Província
<b>Custos</b>	Custos: 409.570 euros
<b>Saída</b>	certificados de serviço e acreditação no sistema eSIRCEV para novos agentes

## R2.4. Estudo Final sobre o Impacto do Modelo e Análise das Melhores Práticas

### → **Objectivo**

Realização do estudo.

### → **Metodologia e processos**

A universidade de Pádua vai realizar o estudo de impacto e elaborar um documento de orientação final com base nos dados recolhidos e nas análises efetuadas durante os 18 meses de atividade dos Postos do Registo Civil já citados. Será realizada uma missão no início do projecto pelos consultores peritos da universidade e depois será indicado o processo para a realização do estudo sobre o impacto do modelo de integração no sistema eSIRCEV do Postos do Registo civil localizado nas Unidades Sanitárias Distritais urbanas e rurais. A definição do plano de custos (costed plan) será elaborada pelo parceiro científico do projeto Universidade de Pádua-Departamento de Ciências Estatísticas. No entanto, a avaliação do modelo será apresentada sob a forma de um documento de orientação a ser partilhado e discutido com as diferentes partes interessadas, bem como com os parceiros do ATS.

Os elementos de avaliação incluem, a título de exemplo

- principais questões críticas encontradas
- soluções inovadoras encontradas
- elementos de reprodutibilidade e detalhes relacionados com o contexto
- economias de escala realizáveis
- recursos humanos envolvidos
- custos detalhados

<b>Actividades</b>	2.4
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Conservatórias Distritais das províncias alvo Universidade de Pádua, Departamento de Ciências Estatísticas
<b>Localização</b>	Nampula, Gaza e Maputo-Província
<b>Custos</b>	Custos: 72.000 euros
<b>Saída</b>	Estudo e avaliação do modelo de Registo eSIRCEV no Sistema de saúde

## **R2.5. Evento de Apresentação e Disseminação**

### → **Objectivo**

Realizar o evento de apresentação e divulgação do impacto das actividades de registo no âmbito dos 48 Postos do Registo Civil seleccionados para apresentar oficialmente este resultado a todos os stakeholders.

### → **Metodologia e processos**

Um grande evento de apresentação de resultados será organizado em Maputo, onde todos os actores nacionais e internacionais envolvidos no processo de registo civil e na formulação de estatísticas vitais serão convidados. O evento será uma oportunidade para promover a expansão do sistema eSIRCEV e a sua introdução em todas as Unidades de saúde do país, seguindo o caminho empreendido com a experimentação levada a cabo através das ações do Projeto E-registo para Existo! Será realizada uma conferência de imprensa para explicar aos jornalistas o alcance do documento e o impacto do modelo de registo nos estabelecimentos de saúde.

<b>Actividades</b>	2.5
--------------------	-----



<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Universidade de Pádua, Departamento de Ciências
<b>Localização</b>	Cidade de Maputo
<b>Custos</b>	Custos: 13.680 euros
<b>Saída</b>	Ficha de síntese no documento de orientação produzido. Conferência de imprensa

### **R3. Arquitetura final para a interoperabilidade do eCRVS com outros sistemas definidos, aprovados pela GITEV, testados e parcialmente implementados**

Tendo em conta a adoção oficial pelo Governo de Moçambique de uma plataforma de partilha de dados (gerida pelo INAGE), o programa visa consolidar esta ferramenta ou - se estritamente necessário - desenvolver uma alternativa para um intercâmbio eficiente de dados entre instituições. Os sistemas prioritários para a contraparte são o do INE para estatísticas vitais e o do Ministério do Interior para documentos com dados biométricos.

Conforme solicitado no AID 11650.01.05, durante o Plano Operacional a expansão dos requisitos de interoperabilidade será identificada juntamente com o MJCR para outros sistemas definidos como prioritários pela GITEV, tais como: identificação fiscal (Ministério da Economia e Finanças) e subsistemas específicos do MISAU (MGDH

- módulo de gestão de dados hospitalares SISMA). Isto será feito com o aconselhamento especializado do Instituto Nacional de Estatística (ISTAT), de acordo com os acordos em anexo (Anexo nº D2). O valor acrescentado que a parceria estabelecida com o ISTAT trará ao projecto estará ligado, por um lado, às competências e experiência desta instituição na cooperação e implementação de sistemas de informação sobre estatísticas demográficas e, por outro lado, à cooperação histórica entre o ISTAT e o INE e entre a Cooperação Italiana para o Desenvolvimento e a República de Moçambique. A actividade de cooperação internacional do ISTAT é desenvolvida principalmente através de assistência técnica e intervenções de formação para a transferência de conhecimentos, técnicas, conceitos, metodologias, classificações e melhores práticas adoptadas e reconhecidas a nível nacional e internacional.

#### **R3.1.Avaliação dos requisitos de interoperabilidade dos sistemas em intervenção e identificação dos aspectos funcionais e técnicos a implementar**

##### **→ Objectivo**

Esta atividade tem por objectivo estabelecer as condições preliminares para a definição precisa dos requisitos de interoperabilidade dos sistemas envolvidos. Interoperabilidade significa, no domínio das TI, a capacidade de um sistema ou produto informático cooperar e trocar informações ou serviços com outros sistemas ou produtos de uma forma mais ou menos completa, obviamente sem erros, com eficácia e fiabilidade e com optimização de recursos (eficiência, tempos de resposta adequados, etc.). O objectivo da interoperabilidade é, portanto, facilitar a interacção (intra ou inter-organização) entre diferentes sistemas de informação, bem como o intercâmbio e reutilização de informação, mesmo entre sistemas de informação não homogêneos (tanto em termos de software como de hardware).

##### **→ Metodologia e processos**

O novo sistema foi concebido pela UNICEF com requisitos de interoperabilidade, o que (com prováveis adaptações) permitirá a ligação futura com outras bases de dados governamentais.

A plataforma desenvolvida em Moçambique é agora capaz de gerar e atribuir imediatamente o NUIC aos cidadãos que estão registados nas *conservatórias* e *postos* equipados, validando também as notificações feitas via telemóvel e via web. Juntamente com o ISTAT - será efectuado um estudo e avaliação da preparação dos requisitos de interoperabilidade dos sistemas em intervenção e serão identificados os aspectos funcionais e técnicos a serem implementados. O trabalho preparatório (requisitos funcionais e tecnológicos do sistema integrado) será realizado graças à contínua interlocução com os técnicos responsáveis pelos respectivos sistemas dos vários Ministérios



envolvidos: o Ministério do Interior e o INE como prioridades para a interoperabilidade e avaliação dos requisitos também para a interoperabilidade com o MISAU e o Ministério da Economia e Finanças, de acordo com o Plano Operacional. O ISTAT será o consultor científico enquanto a Comunidade de Sant'Egidio-ACAP será o mediador com a tabela de colaboração que será aberta com os ministérios responsáveis pelos diferentes dados.

Será apresentado um TDR da empresa de TI com *conhecimentos especializados* para realizar o trabalho de avaliação dos requisitos e trabalhará sob a supervisão de um Gestor de Plataforma para a Interoperabilidade dos Sistemas de Registo e Estatística Demográfica e do Comité do Projecto em Moçambique.

<b>Actividades</b>	3.1
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN GITEV ISTAT
<b>Localização</b>	Cidade de Maputo
<b>Custos</b>	50.000 €
<b>Saída</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo de avaliação</li> </ul>

### R3.2. Promover acordos e protocolos de *governança* entre organismos públicos para a partilha de dados

#### → **Objectivo**

A atividade visa promover acordos e protocolos de *governança* entre organismos públicos para a partilha de dados. Acredita-se que a obtenção deste resultado depende fortemente da capacidade do ATS e dos parceiros envolvidos no projecto para promover este tipo de acordos entre diferentes ministérios.

#### → **Metodologia**

Em colaboração com peritos técnicos responsáveis pelos respectivos sistemas ministeriais, serão promovidos acordos transsectoriais detalhados, concepção da arquitectura final e do sistema de *governança da informação* capaz de estabelecer processos para gerir o risco e evitar o incumprimento dos Regulamentos de Protecção de Dados. Cada instituição terá de colaborar para ter sucesso: o Ministério da Justiça deve garantir um registo civil que funcione bem para assegurar que toda a população tenha o reconhecimento imediato do estatuto de cidadania, transmitindo a outras pessoas os dados que a lei chama de "autoritativos" para que cada cidadão (ou estrangeiro residente) possa usufruir dos direitos resultantes e cumprir as obrigações correspondentes. O Ministério da Saúde deve ser capaz de prestar serviços de saúde de forma eficiente a cidadãos singularmente identificados, mas também contribuir para o Registo Civil, dada a sua posição privilegiada como a primeira instituição a entrar em contacto com a criança recém-nascida. O principal objectivo do INE é a produção de dados e estatísticas de qualidade, grande parte dos quais se baseia no registo completo e correcto de eventos vitais, mas até à data não foi capaz de produzir um relatório completo devido à baixa cobertura da população pela CRVS. O Ministério do Interior tem interesse na interoperabilidade dos sistemas de acesso à informação recolhida no registo de nascimento e na geração NUIC, a fim de produzir documentos de identidade (*Bilhetes de identidade*) e passaportes com dados uniformes.

Incluído nesta actividade, como requerido pelo apelo da AICS, está um processo iterativo para acordar e redigir protocolos funcionais para o acesso de cada parte aos dados da outra parte e à arquitectura final, bem como a definição e eventual fornecimento da infra-estrutura de hardware necessária, tendo em conta:

- quadro técnico/jurídico para a promoção dos acordos e modalidades de funcionamento
- domínio para a definição da infra-estrutura de hardware necessária
- quadro institucional para definir o sistema de *governança da informação*.

Esta é uma ação complexa que exigirá uma abordagem multi-sectorial para definir um modelo abrangente que permita aos sistemas comunicarem entre si produzindo uma base de dados adequada para estatísticas úteis para a promoção de *políticas* governamentais apropriadas.

<b>Actividades</b>	3.2
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Ministério do Interior GITEV INAGE ISTAT
<b>Custos</b>	8.800 €
<b>Localização</b>	Cidade de Maputo
<b>Saída</b>	Formato Acordos interministeriais Formato Protocolos de acesso aos dados Infra-estrutura de hardware para troca de informação

### **R3.3. Avaliação (juntamente com o INAGE e MJCR) da plataforma de partilha de dados actualmente adoptada pelo Governo de Moçambique e possível adaptação ou desenvolvimento de uma nova plataforma**

#### **→ Objectivo**

O objectivo desta actividade será avaliar a plataforma de partilha de dados actualmente adoptada pelo Governo de Moçambique, à luz das necessidades específicas do sistema eCRVS.

#### **→ Metodologia e processos**

Com base nos resultados da avaliação que o ISTAT realizará em conjunto com o INAGE e o MJCR, será decidido se a plataforma disponível é adequada para desempenhar a função de interoperabilidade de dados, com base nos resultados da actividade

3.1 permitindo a comunicação entre os diferentes sistemas ministeriais. Se tal se revelar insuficiente para completar a partilha, será desenvolvida uma plataforma alternativa com o desenvolvimento de módulos de interoperabilidade com o cartão de identidade (B.I.) e sistemas INE.

A possibilidade, prevista pela chamada AICS, de acrescentar módulos de interoperabilidade com partes do sistema de informação sanitária MISAU, em particular com o MGDH, será avaliada à luz do investimento adicional necessário e do cumprimento do calendário e dos resultados esperados da chamada.

Os seguintes requisitos mínimos de interoperabilidade serão tidos em conta ao avaliar a plataforma e solicitar à empresa de TI que implemente quaisquer alterações ou a nova arquitectura

Será necessário avaliar os 4 níveis de interoperabilidade

- quadro jurídico, para assegurar que as organizações que operam dentro de diferentes quadros jurídicos (nacionais e sectoriais) possam trabalhar em conjunto;
- organizacional, para encorajar o alinhamento dos procedimentos e processos das organizações envolvidas, delineando responsabilidades e expectativas para alcançar objectivos comuns mutuamente benéficos e acordados;
- semântica, para assegurar que o formato e significado das informações e dados trocados sejam mantidos e compreendidos ao longo das trocas que têm lugar entre as partes;
- técnica, na qual, através da adopção de especificações de interface, serviços de interconexão, serviços de integração de dados, apresentação e intercâmbio de dados, e protocolos de comunicação seguros, é assegurada a interoperabilidade das aplicações e infra-estruturas que ligam sistemas e serviços

Os princípios gerais mais importantes a serem considerados nas escolhas de concepção dizem respeito:

1. interoperabilidade de software e hardware abertos,
2. integração de componentes heterogéneos,
3. abstração e independência das tecnologias de baixo nível,
4. escalabilidade e extensibilidade de soluções,
5. reusabilidade das soluções.

<b>Actividades</b>	3.3
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Ministério do Interior GITEV
	INAGE ISTAT
<b>Localização</b>	Cidade de Maputo
<b>Custos</b>	150.000 €
<b>Saída</b>	Relatório de avaliação da plataforma

#### R3.4. Teste e validação

##### → **Objectivo**

Consolidar a plataforma operada pelo INAGE ou - se estritamente necessário - desenvolver uma plataforma alternativa para o intercâmbio eficiente de dados entre instituições.

##### → **Metodologia e processos**

A atividade prevê a definição de um ambiente de teste para a validação de serviços de interoperabilidade de sistemas de armazenamento de dados pelo Ministério da Justiça, o Ministério do Interior e o Instituto Nacional de Estatística. O ambiente de teste permite simular um nó genérico de interoperabilidade nacional através de Serviços Web, capaz de emular o comportamento dos serviços de interoperabilidade que cada sistema institucional governamental envolvido deve oferecer de acordo com as especificações técnicas nacionais partilhadas. Estamos nesta fase na esfera puramente experimental, será obviamente necessário que a definição dos requisitos seja avaliada na plataforma, com base na disponibilidade dos detalhes técnicos que serão solicitados às contrapartes, a fim de verificar a interoperabilidade. Só depois disto será possível determinar o ambiente de teste concreto para a validação dos serviços. Esta fase será principalmente técnica e confiada a uma empresa externa que será escolhida através dos procedimentos previstos no anúncio de concurso.

<b>Actividades</b>	3.4
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Ministério do Interior GITEV INAGE ISTAT
<b>Localização</b>	Cidade de Maputo
<b>Custos</b>	40.000 €
<b>Saída</b>	Manual do utilizador da plataforma

### R3.5. Mudanças na plataforma

#### → **Objectivo**

Nesta atividade, a plataforma de intercâmbio de dados entre instituições será finalizada e o processo de implementação técnica da plataforma começará com a preparação de materiais de aprendizagem úteis para a sua utilização.

#### → **Metodologia e processos**

Uma vez definidas as características de interoperabilidade entre Ministérios e Institutos para o intercâmbio de informação e uma vez que o sistema da plataforma esteja totalmente operacional com os ajustamentos que tenham surgido conforme necessário, serão preparados materiais de formação, tais como um manual do utilizador, para preparar futuros técnicos para a utilização da plataforma. Graças à participação ativa dos técnicos das instituições envolvidas, um ou dois dias serão organizados de acordo com a necessidade de testar a compreensão da utilização da plataforma, um manual do utilizador de fácil consulta será preparado e distribuído em futuras formações dos técnicos.

<b>Actividades</b>	3.5
<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Ministério do Interior GITEV INAGE ISTAT
<b>Localização</b>	Cidade de Maputo
<b>Custos</b>	20.000 €
<b>Saída</b>	Manual do utilizador da plataforma

### R3.6 Workshops técnicos e lançamento do sistema integrado eCRVS

#### → **Objectivo**

Esta atividade será necessária para divulgar os resultados alcançados na interoperabilidade dos sistemas no seio das instituições envolvidas.

#### → **Metodologia**

A formação de técnicos e gestores das instituições será realizada com a organização de 4 workshops técnicos de um dia cada: 2 workshops serão dedicados à ligação de dados biométricos ao novo sistema eCRVS, os outros dois serão dedicados à ligação da base de dados do INE com o eCRVS. As instituições envolvidas indicarão o número e os nomes das pessoas que participarão nos workshops e a quem será distribuído o manual do utilizador para a utilização da nova plataforma de intercâmbio de dados. Os workshops, aos quais se espera a participação de cerca de 25 pessoas, incluindo gestores e técnicos das instituições individuais, irão entrar em pormenores técnicos sobre as características da plataforma, a sua utilização, os Acordos assinados entre instituições, a finalidade do processamento de dados e a forma de ultrapassar quaisquer questões críticas que possam ser encontradas. Os seminários serão realizados pelos mesmos técnicos informáticos que trabalharam na interoperabilidade, teste e validação da plataforma.

Se o sistema de interoperabilidade também conseguiu comunicar com a base de dados de outro Ministério (Misau, Economia), serão organizadas 2 jornadas de seminários técnicos adicionais para cada instituição envolvida.

<b>Actividades</b>	3.6
--------------------	-----

<b>Actores envolvidos</b>	MJCR DNRN Ministério do Interior GITEV INAGE ISTAT
<b>Localização</b>	Cidade de Maputo
<b>Custos</b>	6.200 €
<b>Saída</b>	Reunião com peritos técnicos dos ministérios

### 3.2. Plano de Monitorização e Avaliação (M&V).

Ver Anexo13b

### 3.3. Temas transversais.

De acordo com o estudo da UNICEF, *o direito de nascimento de cada criança. Inequidades e tendências no registo de nascimento* na área específica 2013, do registo do estado civil, não há diferenças de género no sentido de não haver diferenças entre os registos de rapazes e raparigas à nascença. No entanto, vários estudos dizem-nos que a discriminação de género contra as mulheres afecta negativamente o registo de nascimento no registo civil. De facto, o próprio estatuto de uma mulher afecta o seu nível de educação e estatuto económico, e há provas de que as mulheres pobres e menos instruídas registam os seus filhos muito menos do que as outras. Além disso, o registo de uma criança por uma mãe *solteira* ou temporariamente solteira põe em causa normas culturais que colocam a mulher numa posição problemática e a desencorajam de registar crianças na ausência do pai ou porque ele está ausente ou temporariamente ausente.

Será da responsabilidade do ATS, durante as formações dos conservadores, conservadores civis e operadores dedicados a campanhas de informação, enfatizar a eliminação das barreiras sociais que impedem as mães de registar os seus filhos. Isto pressupõe uma abordagem global que começa com um investimento em recursos humanos e económicos dedicados ao sistema de registo civil e é completada por uma melhor atitude dos técnicos do registo civil em relação às mulheres que devem ser sensibilizadas para os seus direitos e para a necessidade de registar os seus filhos, ultrapassando as barreiras culturais. Na experiência da ACAP, com o programa BRAVO!, podem ser tomadas medidas sobre esta questão para facilitar os registos se os técnicos forem devidamente formados.

Em geral, o objectivo do projecto é reforçar e modernizar o sistema de eCRVS e de estatísticas demográficas de Moçambique. Isto tem maiores benefícios para as raparigas e mulheres porque:

- A informação recolhida sobre a mortalidade materna e, em geral, sobre a mortalidade das mulheres, cujas mortes são menos registadas do que as dos homens, está a melhorar.
- o acesso a melhores dados sobre casamentos e divórcios pode contribuir para o reconhecimento da herança das mulheres
- O registo de raparigas à nascença e o registo de casamentos proporciona uma base jurídica para combater os casamentos precoces
- Os documentos de identidade, que estão estreitamente ligados ao registo de nascimento, são necessários para o exercício dos direitos civis. Também aumentam o acesso das mulheres às oportunidades económicas, pois permitem às mulheres gerir dinheiro e serviços de forma independente; permitem às mulheres o acesso ao direito de voto e aos direitos políticos em geral.

Por conseguinte, a actuação no sistema de registo da função pública tem um maior impacto na vida das mulheres em Moçambique, porque apesar de o país ser signatário das principais convenções internacionais para a igualdade de género, as mulheres são ainda largamente discriminadas no acesso à vida política, social e económica do país.

Ao longo do projecto, o ATS respeitará os princípios da igualdade e do respeito pela diversidade e pela filiação de grupos vulneráveis na selecção, formação e remuneração dos recursos humanos empregados a diferentes níveis. O comité do projecto será composto por pelo menos 50% de mulheres e será seguido o mesmo critério para as pessoas-chave do projecto. Além disso, dados os factores que afectam o registo de nascimentos de mulheres, será dada particular atenção durante as campanhas de informação e registo para registo no registo

civil. Os operadores das *brigadas móveis* serão treinados para transmitir mensagens que prestem atenção às especificidades de género e tenham em conta os diferentes pontos de vista e, portanto, as diferentes barreiras que os homens e as mulheres enfrentam no acesso ao registo do estado civil. Para que as mensagens cheguem mais facilmente às mulheres, será considerada uma elevada percentagem de *ativistas* femininas. Terá também em conta o facto de nem todos falarem português, especialmente nas zonas rurais, e de existirem várias minorias linguísticas, tais como falantes da língua *Makhuwa* em Nampula, e das línguas *Ronga* e *Changana* na Província de Maputo. Por esta razão, os materiais produzidos serão traduzidos para as línguas locais de acordo com os territórios onde as actividades de sensibilização terão lugar, a fim de atingir um público alvo o mais vasto possível.

#### 4. BENEFICIÁRIOS

Os beneficiários directos das actividades do programa *E-registo-Existo!* foram identificados com base nas atividades diretas que serão implementadas de acordo com a proposta de projeto. Representam um grupo alvo heterogéneo que representa aqueles que, de várias formas, contribuem para o processo de registo civil em Moçambique. Como também é um projecto multi-abordagem - formação e *capacitação*, sensibilização, registo, optimização de práticas em conformidade com a reforma do 2018- indivíduos e organizações estão envolvidos em várias capacidades.

Os beneficiários directos das actividades de formação são grupos-alvo numericamente identificados, no que diz respeito aos beneficiários das campanhas de sensibilização, foi feita uma estimativa com base nos dados das participações, e inscrições, das campanhas organizadas nos anos com o programa ACAP - BRAVO!, com base no envolvimento de redes formais e informais nas províncias-alvo, mantendo uma abordagem cautelosa na aproximação dos números totais possíveis. Estima-se atingir: operadores, gestores e funcionários de instituições públicas, uma grande parte da população que será atingida tanto através das campanhas de sensibilização como confiando na rede de *postos de registo* já activada com ACAP - Programa BRAVO!

- 1) Os beneficiários directos dos Resultados Esperados são:
  - a. Formação para a implementação do novo sistema SIRCEV: 182 conservadores ou técnicos de registo formados de todas as províncias. Destes, pelo menos 50% serão mulheres.
  - b. Campanhas de sensibilização e de registo: 570.000 pessoas envolvidas em campanhas de sensibilização e de registo nas províncias de Nampula, Maputo e Gaza.
  - c. Criação da rede de parceiros: 240 pessoas incluindo representantes dos Serviços Distritais de Saúde, Mulheres e Acção Social (SDSMAS), ONGs e outras instituições que operam no território, enfermeiras de Saúde Materna e Infantil, Agentes Polivalentes Elementares (APE), "matronas" (parteiras informais), jornalistas de rádios comunitárias, activistas comunitários. Destes, pelo menos 50% serão mulheres.
  - d. Apoio aos CPS nas províncias de Nampula, Maputo e Gaza: Os beneficiários directos da intervenção serão principalmente as pessoas que vivem nas três províncias através dos agentes de registo, aos quais será prestada assistência técnica contínua na implementação da reforma SIRCEV.
- 2) Os beneficiários do Resultado Esperado 2 são todos os habitantes de Moçambique (27.909.798 segundo o último censo), uma vez que a digitalização dos registos do Conservatório de Maputo implica a definição de um modelo a ser replicado em todos os conservatórios do país.
- 3) Os beneficiários do Resultado Esperado 3 são todos os habitantes de Moçambique (27.909.798 de acordo com o último recenseamento) uma vez que as ações terão como objectivo a partilha dos dados dos cidadãos registados de todas as *conservatórias* do país e o acesso aos dados de outros sistemas por parte dos seus funcionários.

Beneficiários directos (Censo 2017)	total	homens	mulheres
População de Moçambique	27.909.798	13.008.778	4.113.444
<i>Província de Maputo</i>	1 968 906	942 962	1 025 944
<i>Província de Nampula</i>	5.758.920	2.809.164	2.949.756
<i>Província de Gaza</i>	1.422.460	644.907	777.553

#### Beneficiários indirectos

Os beneficiários indirectos referem-se, durante o período estritamente relacionado com as actividades do projecto (24 meses), à população residente nas províncias alvo da presente proposta, tal como resumido no 4º censo 2017.

## 5. IMPLEMENTAÇÃO DA INICIATIVA

### 5.1. Responsabilidade e implementação

Foi assinada uma Carta de Compromisso (Anexo D1) com LVIA e ACRA, definindo os recursos financeiros a serem dedicados ao projecto, as obrigações e a duração do ATS que será criado uma vez atribuído o fundo da Agência de Cooperação Italiana.

A experiência de campo da Comunità di S. Egidio-ACAP será reforçada por parceiros científicos de alto nível, dada a complexidade da questão da digitalização dos arquivos históricos, a informatização do Registo Civil e a interoperabilidade dos sistemas. Neste sentido, várias parcerias foram ativadas com vista a reunir as melhores competências em Itália nas áreas do projecto de desenvolvimento em Moçambique. Seguem-se algumas especificações sobre os parceiros com os quais foram assinados acordos preliminares, que se encontram em anexo (Anexo D2)

A **Universidade de Pádua, Departamento de Ciências Estatísticas**, realizará uma análise das boas práticas em matéria de digitalização de arquivos para determinar as condições mínimas necessárias para a seleção de uma empresa para apoiar a implementação da digitalização. Este estudo será realizado com base em boas práticas desenvolvidas em países semelhantes como a Namíbia, Cabo Verde e Gana. Uma vez lançada a digitalização, a Universidade de Pádua será um conselheiro na identificação de um modelo replicável para o resto do país.

- **ISTAT.** O Instituto Nacional de Estatística, um organismo público de investigação, é o principal produtor de estatísticas oficiais de apoio aos cidadãos e aos decisores públicos em Itália. Aconselhará sobre a avaliação da plataforma de interoperabilidade entre os sistemas do Ministério da Justiça, o sistema do Ministério do Interior e as estatísticas demográficas do Instituto Nacional de Estatística (INE). Ela fornecerá os seus conhecimentos e experiência no reforço dos sistemas nacionais de recolha de dados para a produção de estatísticas demográficas nos países em desenvolvimento, também em colaboração com a Agência de Cooperação Italiana.

A nível da sociedade civil, o ATS terá dois homólogos locais: *DREAM Associação Para o direito ao tratamento sanitário e de luta contra a Sida* e Kulima.

***DREAM Associação Para o direito ao tratamento sanitário e de luta contra a Sida*** é uma organização parceira permanente da ACAP em Moçambique. É uma organização oficialmente reconhecida pelo Estado moçambicano. As suas principais actividades são: saúde, formação sócio-sanitária e profissional e actividades culturais sobre a prevenção e tratamento de doenças, especialmente relacionadas com o VIH/SIDA; iniciativas de solidariedade para a população, incluindo através da distribuição de medicamentos e outros bens necessários, visitas médicas e ao domicílio; promoção de estudos, investigação e debates culturais sobre o direito à saúde e outros direitos sociais. Disponibilizará principalmente as suas capacidades para as relações institucionais e o controlo financeiro do projecto no local. Embora seja incluído na parceria completa, o seu principal interlocutor será a ACAP.

**A Kulima é uma** organização da sociedade civil de direito moçambicano que desenvolve as suas actividades há mais de 30 anos nas seguintes áreas: segurança alimentar e nutricional, apoio ao crédito rural, educação e saúde comunitária, ambiente, promoção social e direitos humanos, emergência. A ONG Kulima acompanha atualmente redes de solidariedade em colaboração com outras ONG nas quais mais de 800 mulheres nos 14 distritos de GAZA participam em actividades de informação e prevenção sobre violência doméstica. Está também empenhada em projetos de *advocacia* em parceria com os Serviços Distritais de Acção Social e as autoridades de estado civil e com as autoridades tradicionais e religiosas para facilitar o intercâmbio com redes de saúde na área. Por sugestão do membro do consórcio ACRA, esta experiência será posta à disposição do projecto para a campanha de informação e sensibilização na província de Gaza. Em anexo encontram-se os dois acordos, um entre ACRA e Kulima e o outro entre ACAP e DREAM Associação (Anexo D3).

**A nível institucional local**, a ACAP tem trabalhado desde 2010 em estreita colaboração com os vários ramos do *Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos* em Moçambique. De facto, nesse ano, foi assinado um *Memorando de Entendimento* autorizando a ACAP a contribuir para melhorar o registo do estado civil em Moçambique e solicitando a sua assistência na formação do pessoal do Ministério e em campanhas de sensibilização. Por outro lado, no mesmo acordo, o Ministério diz estar disposto a colaborar a todos os níveis, nacional, provincial e distrital para implementar actividades que promovam o sistema de registo do estado civil e facilitem o acesso aos dados estatísticos da população. Para reforçar este Memorando, em Maio de 2019, a ***Direcção Nacional dos Registos e Notariado*** confirma esta parceria com uma carta dirigida à Cooperação Italiana, na qual apoia o trabalho do Programa BRAVO! para a modernização do sistema de registo da função pública. O documento confirma também a experiência da Comunidade de Sant'Egidio neste sector, especialmente nas províncias de Nampula, Sofala e na Cidade de Maputo (Anexo E2). Em geral, em relação a este projecto de modernização, deve ter-se em conta ao longo de todo o projecto que este ministério a nível nacional, provincial e distrital será o principal interlocutor para o planeamento de quaisquer actividades. O ATS atuará como um parceiro operacional do Governo em todos os aspectos.

Será criado um **comité de trabalho em Itália**, composto pelo Chefe do sector do projecto de cada OSC que faz parte do consórcio, que será constituído antes da assinatura dos termos de referência, e um representante do parceiro ISTAT e da Universidade de Pádua, Departamento de Estatística. Isto fará uso de uma equipa administrativa e de gestão relacionada com cada OSC co-mandante para o que diz respeito ao trabalho em Moçambique. No âmbito do Comité de Trabalho em Itália, a ACAP é responsável por facilitar a partilha de informação e a ligação com a AICS, à qual a ACAP continua responsável pela execução da iniciativa global e pela obtenção de resultados. ACAP supervisiona a partir de Itália.

Um grupo de tutores internacionais especializados em estado civil, direito civil, direito humanitário, ética laboral, gestão e comunicação, assistem uma equipa local na elaboração dos módulos de formação e da estratégia a utilizar na formação do pessoal governamental, a fim de assegurar a formação de altos funcionários e de pessoal directamente envolvido nas actividades de registo.

O Comité reunir-se-á de quatro em quatro meses.

**Comité de Trabalho em Moçambique.** Em particular, a Comunidade de Sant'Egidio-ACAP garantirá o controlo técnico e administrativo do projecto através do Gestor do Projecto, que será um recurso moçambicano especificamente empregado.

O líder do projecto irá coordenar três gestores provinciais para a implementação de campanhas de sensibilização e registo (um por OSC)

1. o Chefe do Suporte CPS (ACAP)
2. O Chefe da Digitalização
3. o Oficial de Monitorização (LVIA)

e será responsável pela área da formação com um perito BRAVO! e pela área da interoperabilidade, em colaboração com um perito do ISTAT.

LVIA e ACRA serão incluídas no comité de trabalho em Moçambique com os seus representantes, a fim de trocar as *melhores práticas* e partilhar o progresso do projecto e abordar conjuntamente as questões que irão surgir na implementação.

O Gestor do Projecto, além de se ocupar da gestão geral do projecto, será o primeiro interlocutor com a *Direcção Nacional dos Registos e Notariado*, participando em reuniões com as autoridades que têm interesse na implementação do projecto.

Enquanto a atividade de formação, também tendo em conta a sua experiência, será principalmente cuidada pelo Programa ACAP - BRAVO!, as responsabilidades relativas às actividades de apoio aos CPS e às campanhas de sensibilização serão divididas entre as três OSC que irão compor o consórcio. A complexidade e ubiquidade desta última beneficiará da divisão de operações: ACAP em Nampula, que poderia ser a província piloto para testar e desenvolver o modelo que mais tarde pode ser replicado na província de Maputo (LVIA) e Gaza (ACRA).

As atividades nas três Províncias estão estreitamente ligadas a uma colaboração contínua com a *Direcção Provincial de Justiça*. O segundo resultado será supervisionado por um Gestor de Digitalização e apoiado pela Universidade de Pádua, como já indicado. Como já foi mencionado, o resultado 3 será da responsabilidade do líder do projecto e do ISTAT, mas será necessário ter em conta que a sua realização será fortemente influenciada pela coordenação com o *Instituto Nacional de Estatística* de Moçambique e o *Ministério do Interior*.

O comité de trabalho em Moçambique reunir-se-á mensalmente e terá de apresentar um relatório de progresso para a reunião realizada de dois em dois meses.

No início do projecto será criado um **Comité de Direcção** para ultrapassar problemas que o comité de trabalho não pode resolver porque não tem poder suficiente. Será composto pelo líder do projecto, representantes dos ministérios da justiça, do interior e da saúde, e representantes da população beneficiária. Este comité reunir-se-á duas vezes por ano. Para uma representação gráfica do organograma do projeto, ver Anexo

## **6. PESSOAL DE GESTÃO DE PROJECTOS**

### **6.1. Pessoal técnico**

O pessoal técnico do projecto será composto tanto por pessoal expatriado como por pessoal especializado local, com vista à transferência de competências para os homólogos locais e, em geral, para os recursos humanos locais. Parte do pessoal técnico será pessoal italiano baseado em Roma que fará a interface com pessoal moçambicano ou com pessoal baseado em Moçambique. ACAP selecionará uma pessoa (**Gestor de Projecto em Moçambique**) com experiência em cooperação internacional em Moçambique, de preferência com conhecimentos de TI e familiaridade nas relações com instituições (Ministério da Justiça, antes de mais). Ele será responsável por

- utilização correcta dos recursos económicos/humanos/materiais
- verificação do progresso das actividades e despesas e possíveis ajustamentos das actividades
- coordenação com diferentes parceiros e partes interessadas

Nesta tarefa será assistido por um Gestor de Projectos em Itália da ACAP e pelos gestores dos membros da



ATS em Itália e em Moçambique. Será apoiado por um **Gestor Administrativo** que será responsável pela gestão das despesas, supervisionando a correcção das despesas dos parceiros em relação ao plano financeiro aprovado, supervisionando o relatório de despesas, organizando a auditoria e os relatórios financeiros a serem enviados à AICS. O Director Administrativo terá uma equipa em Moçambique e Itália que contribuirá para a correcta gestão das despesas e para a preparação das propostas necessárias para a aquisição de serviços informáticos, em particular.

Em Moçambique, LVIA irá acompanhar o projecto a partir de Maputo, com missões nas províncias.

O Gestor do Projeto será apoiado por missões de um **perito em Formação, recursos humanos do departamento da Universidade de Pádua e Istat**. A perita em formação já foi identificada como um recurso italiano da ACAP porque desde 2008 é a gestora internacional do programa BRAVO! da ACAP que, como já foi explicado, trata principalmente de melhorar e reforçar os sistemas de registo do estado civil em África. Ela apoiará o Gestor do Projecto para assegurar o bom funcionamento das actividades de formação e campanhas de informação e sensibilização nas três províncias alvo. Estará na Itália e viajará para missões em Moçambique.

Serão identificados os **chefes provinciais dos CPS e das campanhas de inscrição e sensibilização**, Nampula (ACAP), Gaza (ACRA) e Província de Maputo (LVIA).

Por agora, podemos fornecer o **CV do responsável de Nampula**, já identificado pela ACAP como um recurso moçambicano que tem vindo a coordenar as actividades do programa BRAVO! a nível nacional no país desde 2010. Ela será responsável pela organização de campanhas de registo e informação em 14 distritos onde o novo sistema SIRCEV já está ativo.

Será identificado um Gestor de Implementação das DPC que será responsável pela avaliação das instalações, apoiará a seleção dos técnicos necessários juntamente com os Recursos Humanos, fará a interface com os chefes das chancelarias Xai-xai, Nampula e Matola.

Os outros gestores provinciais serão escolhidos pelas outras duas OSC do ATS entre pessoas com experiência e formação adequada para gerir as atividades acima mencionadas.

Uma pessoa encarregada de apoiar o DPC será seleccionada para supervisionar a acção do DPC, primeiro em Nampula e depois em XAI-xai e Matola, com um compromisso que será certamente mais importante no primeiro ano e menos no segundo. Terá de verificar que os técnicos escolhidos apoiam efectivamente os conservatórios e *postos de registos* dos diferentes distritos na implementação da reforma do sistema do estado civil, tanto com ações de assistência passiva como ativa. O oficial de monitorização e avaliação do ACAP em Roma terá o apoio operacional de um perito em recursos na monitorização da LVIA. Este último será responsável pelo desenvolvimento de um plano de monitorização do projecto para gerar informação regular, colaborar no desenvolvimento de software de monitorização e ferramentas úteis para actividades de monitorização, respeitando o quadro lógico. Finalmente, será responsável pela organização das missões e pela elaboração dos relatórios de acompanhamento. Para alguns dos números enumerados, os recursos humanos já foram identificados dentro das organizações ATS, pelo que estão a ser enviados CVs, para outros TdRs, como anexo à proposta. (Anexo F1)

## 7. CRONOGRAMA

*Utilize o diagrama de Gantt para a descrição da duração do programa e forneça uma breve explicação de quaisquer elementos importantes que considere necessário apontar em relação ao prazo proposto.*

Ver Anexo B2

## 8. IDENTIFICAÇÃO DOS FACTORES DE RISCO RELEVANTES PARA A INTERVENÇÃO

Actividades	Riscos relacionados	Probabilidade (baixa/média/média/ Alto)	Medidas de mitigação
-------------	---------------------	---	----------------------

Campanhas de informação e registo de nascimento	Acidentes rodoviários devido às condições das estradas	media	Serão fornecidos veículos adequados. Serão feitos esforços para evitar as estradas mais perigosas, procurando alternativas. Os grupos locais serão preferidos para a implementação de actividades a nível provincial porque conhecem melhor os percursos. Eles viajarão por dia.
---	--	-------	--

	a segurança do pessoal que se desloca entre locais, pois houve ataques terroristas do grupo Al Shebab na província de Cabo Delgado, que faz fronteira com uma das províncias incluídas no projecto, Nampula.	media	De acordo com as autoridades locais, os distritos mais próximos da fronteira norte entre as duas províncias, onde os ataques são mais prováveis de ocorrer, serão evitados.
	Ambiental: ciclones que são caíram sobre o	alto	Os meses do estações chuvosas
	Moçambique em 2018 incluía a província de Sofala e Cabo Delgado. Algumas das áreas incluídas no projecto não estão longe do mar, o que aumenta a possibilidade de sofrer as consequências de eventos deste tipo.		(Novembro-Março) para planear actividades de informação e de sensibilização.
Registo de novos nascimentos	Falta de conhecimento sobre a reforma do sistema de registo civil	baixo	Planeamento de campanhas de registo juntamente com os secretários das aldeias, a fim de aumentar o acesso às campanhas de registo durante o projecto. Implementação de campanhas publicitárias na rádio e nos jornais para aumentar a sensibilização para o registo electrónica para o estado civil.

Implementação das DPC	Baixa motivação do pessoal público	baixo	Apoio contínuo durante os dois anos do projecto no trabalho de apoio aos pontos de registo a partir do Centro de Apoio Provincial
Interoperabilidade do sistema	Embora exista um grupo de trabalho desde 2012 (GITEV), acredita-se que possam existir conflitos e mal-entendidos entre o Ministério da Justiça, o Ministério do Interior e o Instituto de Estatística que possam ter um impacto sobre o resultados do projecto	media	O ATS assumirá o papel de facilitador no diálogo para a partilha de dados através da elaboração de protocolos específicos e da inclusão de todos os interessados no desenvolvimento da plataforma requerida pelo Ministério da Justiça.

Sobre todo o projecto	Risco de corrupção, especialmente no contexto da aquisição de serviços altamente qualificados e, portanto, exigindo um orçamento adequado.	média	procedimentos de aquisição, juntamente com outros instrumentos internos, serão rigorosamente aplicados a toda a actividade de de aquisição.
	Risco de mal-entendidos entre as partes interessadas	média	Reuniões regulares entre co-executores, parceiros e todos os intervenientes no projecto, incluindo as autoridades locais concretamente envolvidas no projecto, reduzirão o risco de mal-entendidos e, em qualquer caso, facilitarão a resolução de possíveis conflitos

## 9. **ESTRATÉGIA DE SAÍDA E SUSTENTABILIDADE**

Este projecto foi solicitado pelo *Ministério Da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos* do Governo de Moçambique, excluindo assim os problemas normalmente associados a soluções de cima para baixo que não respeitam as necessidades reais dos países que beneficiam de intervenções de desenvolvimento como esta. O ATS atuará como assistente técnico do Ministério e apoiará as estruturas locais para que os resultados do projeto sejam mantidos no final da ação. O envolvimento necessário e inevitável de todas as atividades do projeto com o Ministério da Justiça a vários níveis irá garantir a sustentabilidade do projeto.

### Sustentabilidade institucional

O projecto está de acordo com os pedidos de assistência técnica da AICS para o desenvolvimento e digitalização do registo civil das estatísticas demográficas. A implementação da reforma que moderniza o sistema será particularmente afectada pela formação de conservadores e técnicos do registo civil em todo o país. A aquisição das competências necessárias para utilizar o novo sistema reforçará o sistema a nível do país. O impacto nas três províncias escolhidas para este projecto será mais incisivo, também graças às actividades dedicadas à criação de Centros de Apoio Provincial. A participação do ATS no projeto visará principalmente a criação de modelos a serem replicados nas outras províncias, a fim de garantir uma introdução mais fácil da digitalização.

No que diz respeito à interoperabilidade dos sistemas que são da responsabilidade do *Instituto Nacional de*

*Estatística de Moçambique e do Ministério do Interior*, será necessário assinar acordos e protocolos comuns, o que exigirá um envolvimento suficiente para assegurar a sustentabilidade dos resultados deste projecto a longo prazo.

Finalmente, está prevista a renovação da análise das necessidades no início do projecto, a fim de confirmar os pedidos do Ministério da Justiça e actualizar as necessidades em conformidade com os objectivos do convite. Espera-se assim trabalhar em conjunto para implementar a reforma do sistema de registo civil com uma abordagem participativa e inclusiva. Sustentabilidade técnica

Com as atividades de formação, as competências técnicas serão transferidas de acordo com um currículo desenvolvido em acordo com a *Direcção Nacional dos Registos e Notariado* para a actualização jurídica e técnica dos conservadores e técnicos do registo civil. Isto assegurará que o material didático criado estará de acordo com as necessidades dos recursos humanos do Ministério e o trabalho será feito de modo a criar um kit de formação para o técnico de registo ou conservador facilmente acessível mesmo após o fim do projecto. No que diz respeito à DPC, para a qual se espera que sejam utilizados recursos humanos altamente especializados, serão feitos esforços, sempre que possível, para melhorar, formar e incentivar o pessoal já presente nas Direcções Provinciais, a fim de reforçar o Ministério da Justiça como um todo e assegurar a sustentabilidade dos resultados do projecto relacionados com a melhoria das competências.

Olhando para o resultado R2, que diz respeito à digitalização dos arquivos, será dada preferência à aquisição de computadores e servidores para o Escritório do Primeiro Escrivão em Maputo, a fim de melhorar o seu equipamento técnico. Além disso, a sustentabilidade deste resultado reside principalmente na criação de um modelo replicável nos outros conservatórios do país que possuem um arquivo histórico.

Caso seja necessária a criação de uma nova plataforma para a interoperabilidade, como parece desejável, esta também será necessariamente levada a cabo em cooperação com os vários ministérios e partes interessadas, assegurando o seu alinhamento com as necessidades. Além disso, será da responsabilidade do ATS tentar orientar o seu desenvolvimento para um modelo de plataforma que, no final do projecto, não exigirá manutenção e apoio para o qual o Governo moçambicano não será capaz de fornecer recursos económicos adequados.

#### Sustentabilidade económica e financeira

A sustentabilidade económica dos Centros de Apoio Provincial será garantida pelo *Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos* no final do projecto, através das Direcções Provinciais de Justiça. De facto, este projecto resulta de um pedido do Ministério moçambicano que levou a AICS à concepção e publicação deste convite à apresentação de propostas. A modernização dos registos do Estado Civil reforçará o sistema, tornando-o mais sustentável e eficiente.

#### Sustentabilidade social

As campanhas de informação e de sensibilização serão cruciais do ponto de vista da sustentabilidade social. Estas serão necessárias, antes de mais, para dar a conhecer a toda a população das províncias de Nampula, Gaza e Maputo a notícia da reforma do registo de nascimento. Em segundo lugar, através do teatro, campanhas de registo, spots de rádio e anúncios em jornais, a população será sensibilizada para a necessidade e importância de garantir os direitos civis às crianças e de difundir esta mensagem nas suas comunidades e influenciar a mudança de comportamento. A sustentabilidade social da intervenção será também promovida através da criação e promoção da rede de pessoas e instituições que estimulam e facilitam o acesso ao registo de nascimento.

## COMUNICAÇÃO E VISIBILIDADE

### **Comunicação e visibilidade em Itália**

- **Objectivo:** Divulgação dos resultados do projecto financiado pela Cooperação Italiana em Itália a fim de transmitir a mensagem de que a AICS é a agência de implementação das actividades do sistema de cooperação italiano com uma abordagem de co-desenvolvimento. Os resultados no que respeita à modernização do sistema nacional de registo civil de Moçambique serão transmitidos através de diferentes canais numa base regular.
- **Canais:** Os conteúdos produzidos serão transmitidos através das redes sociais, do sítio institucional [www.santegidio.org](http://www.santegidio.org), do blogue do programa BRAVO! <http://www.bambini-invisibili.org/>, da imprensa nacional, dos sítios web e das páginas FB dos co-executadores: <https://lvia.it/> e <https://www.acra.it/>.
- **Actividades:**
  - a. Definição de um logótipo de projecto (um esboço do qual é enviado no Anexo G1)
  - b. Actualização de redes sociais, blogs e sites sobre os resultados do projecto, incluindo o Blog *Oltremare*
  - c. Produção de material vídeo e fotográfico sobre actividades
  - d. Produção e envio de comunicados de imprensa em Itália
- **Metodologia:** Todos os parceiros do projeto serão consultados na criação do conteúdo e serão

seguidas as Directrizes de Comunicação e Identidade Visual da Agência de Cooperação para o Desenvolvimento. Os eventos e ações que possam envolver a ACSI serão planeados a tempo, contactando o Gabinete AICS II ([comunicazione@aics.gov.it](mailto:comunicazione@aics.gov.it) e [ufficiostampa@aics.gov.it](mailto:ufficiostampa@aics.gov.it)). Em particular, serão feitos contactos com o perito em comunicação a nível do Escritório de Maputo.

- **Duração:** Actualizações das actividades todos os meses<sup>4</sup>, ao longo dos meses do projecto<sup>24</sup>.
- **Público:** os canais web da Comunità di S. Egidio-ACAP, ACRA e LVIA chegam a mais de 120.000 pessoas na Itália e na Europa

### Comunicação e visibilidade em Moçambique

- **Objectivo:** Divulgar os resultados do projecto financiado pela Cooperação Italiana em Moçambique a fim de transmitir a mensagem de que a AICS é a agência de implementação das actividades do sistema de cooperação italiano com uma abordagem de co-desenvolvimento. Os resultados no que respeita à modernização do sistema nacional de registo civil de Moçambique serão transmitidos através de diferentes canais numa base regular.
- **Canais:** O conteúdo produzido será transmitido através de redes sociais, do website institucional [www.santegidio.org](http://www.santegidio.org), do blogue do programa BRAVO! <http://www.bambini-invisibili.org/>, da imprensa nacional, das estações de rádio locais.
- **Actividades:**
  - a. Duas conferências de imprensa para o início e fim do projecto, envolvendo instituições locais, beneficiários, doadores, meios de comunicação social e outras organizações envolvidas no registo civil. A primeira conferência coincidirá com o primeiro dia de formação que terá lugar em Matola e a segunda coincidirá com o evento de apresentação do modelo para a digitalização do arquivo.
  - b. Concepção, produção e divulgação de material de campanha de sensibilização (folhetos, cartazes, vídeos)
  - c. Conceito, produção de pontos de sensibilização para registos mestres
  - d. Divulgação do spot e do material de sensibilização e informação durante as actividades do *Cinema Arena*
- **Metodologia:** Todos os parceiros do projecto serão consultados na criação do conteúdo e serão seguidas as Directrizes de Comunicação e Identidade Visual da Agência de Cooperação para o Desenvolvimento. Os eventos e acções que possam envolver a ACSI serão planeados a tempo, contactando o Gabinete AICS II ([comunicazione@aics.gov.it](mailto:comunicazione@aics.gov.it) e [ufficiostampa@aics.gov.it](mailto:ufficiostampa@aics.gov.it)). Em particular, serão mantidos contactos com o perito em comunicação a nível do Escritório de Maputo. Além disso, durante a produção dos materiais, os actores envolvidos em Moçambique e os beneficiários serão consultados sobre o conteúdo e as mensagens a transmitir. Todos os materiais serão marcados "Este projecto/programa é financiado pela Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento".
- **Duração:** meses.24
- **Alvo:**
  - a. população adulta nas províncias de Gaza, Maputo e Nampula
  - b. conservadores e conservadores civis
  - c. Direcções Provinciais de Registo e Notariado das Províncias de Nampula, Gaza e Maputo

### Resumo em português

*Comentários ao contexto nacional e local traçado no documento de concurso*

### Áreas de intervenção

O Projeto *E-registo, E-xisto! Reforço e modernização do registo civil e das estatísticas demográficas em Moçambique* responde ao aviso de concurso AICS 11650.01.05 da Agência Italiana para a Cooperação ao Desenvolvimento (Sede de Maputo). As áreas de intervenção do projecto serão:

**Registo civil.** Os dados fornecidos pelo Aviso da ICAO para Moçambique referem-se à existência de aproximadamente 48% de crianças com menos de cinco anos de idade que não estão registadas, uma taxa de registo baixa e impostos de registo entre os mais baixos da África Subsaariana. O sistema de registo é considerado inadequado em termos de infra-estruturas, tecnologia, equipamento e competências profissionais, com graves consequências em termos de acesso aos serviços e à base de dados para a definição de políticas de acesso adequadas. As razões para uma elevada taxa de registo de nascimento são as seguintes

- Número insatisfatório de conservas no território nacional

- Aprender sobre procedimentos de registo
- Dificuldade na implementação da nova reforma (formulários de registo mais longos o que, muitas vezes, desincentiva o registo);
- Recursos humanos e técnicos insuficientes.

**Digitalização e indexação.** A partir de 2006, o Governo de Moçambique concebeu e testou um sistema digital de recolha e arquivo de registos de eventos de vida (eCRVS), com o objectivo de substituir o obsoleto e ineficaz sistema descentralizado e baseado em papel, e de explorar a eficiência da tecnologia TIC apropriada para o país, com vista a encorajar registos mais frequentes e documentados. Estas tecnologias permitem a notificação em tempo real dos nascimentos (e dos óbitos) através da internet, SMS ou USSD por parte tanto das conservatórias e dos postos de registo, quanto de agentes comunitários ou profissionais de saúde nas estruturas periféricas, que poderão estar autorizados como agentes, graças à lei de revisão aprovada pelo Parlamento em Maio de 2018. A implementação em escala nacional de uma reforma assim tão significativa, requer recursos e a consolidação de um modelo de suporte a essa expansão clara, eficaz e, de algum modo, sustentável.

**Interoperabilidade dos sistemas governamentais de recuperação de dados.** A base de dados disponível para os vários ministérios (para Administração Interna, Saúde, Justiça e Economia) foi concebida e utilizada para trabalhar de forma não sincronizada, o que conduz a um desperdício de energia e de recursos económicos. Um sistema de parceria ideal estipula que cada actor institucional contribui para a parceria: o Ministério da Justiça deve assegurar o bom funcionamento do registo civil, o Ministério da Saúde deve poder prestar serviços de saúde de forma eficiente, e o INE deve produzir dados e estatísticas de qualidade, a maioria dos quais baseados num registo completo e correcto dos eventos da vida. Como parte deste projecto, será necessário otimizar a plataforma de partição actualmente à disposição do INAGE, ou, quando tal for inadequado, desenvolver uma alternativa.

### 9.1. Proponente e entidades parceiras

O proponente é a **Comunità di S. Egidio-ACAP** através do programa BRAVO! A Comunidade de S. Egidio ACAP (ACAP) criou, desde 2008, o Programa BRAVO! (*Registo de Nascimento Para Todos Versus Oblivion*), para garantir a inscrição no registo civil de todas as crianças. De 2008 a Maio de 2019, um ACAP - Programa BRAVO! registou 4.127.417 crianças em Moçambique, no Burkina Faso e no Malawi. Destas, 268,405 em Moçambique, em Nampula, Mecuburi e Manga Chingussura. De 2008 a Maio de 2019, um ACAP - Programa BRAVO! registou 4.127.417 crianças em Moçambique, no Burkina Faso e no Malawi. Destas, 268.405 em Moçambique. Normalmente, a organização realiza cursos de formação técnica e jurídica para funcionários do registo civil e conservatórias nos três países, e financia a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministério da Administração Interna e o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Itália, o Ministério dos Negócios Estrangeiros na Alemanha, e vários empregadores especiais. Desde que 2019, trabalha também na Guiné Conacri, como parceiro da LVIA, graças a um projecto aprovado pela AICS para o reforço do sistema de inscrição no registo civil no país. Em Abril de 2019, o programa BRAVO! publicou no WHO Bulletin um estudo sobre o impacto da abertura de repartições de registo nas maternidades no Burkina Faso nas áreas rurais (*Controlled impact evaluation of a birth registration intervention - Burkina Faso*). Os dados demonstraram que a abertura destas repartições levou a um incremento de mais de 90% dos registos.

A ACAP - Programa BRAVO! apresenta o projecto em consórcio com outras duas organizações da sociedade civil na Itália: LVIA e ACRA.

**LVIA - Associação Internacional Voluntários Laicos** é uma associação de solidariedade e cooperação internacional fundada em 1966; em anos 15 de trabalho em Moçambique tem implementado várias intervenções. A LVIA e ACAP- Programa BRAVO! já trabalham em *parceria*, graças a um financiamento AICS, num programa para melhorar o sistema de registo de nascimentos na Guiné Conacri. O projecto *DIREITO AO NOME: programa de sensibilização no registo à nascença das crianças na Guiné - AID 11577*

**A Fundação ACRA** é uma organização da sociedade civil que iniciou a trabalhar em Moçambique em 2014, graças ao reconhecimento e à tutela do Ministério da Cooperação (MINEC) com o patrocínio do Ministério das Obras Públicas. A experiência da ACRA na área do registo civil e da esperança de vida está concentrada, sobretudo, na África Ocidental. O programa da União Europeia "Programme Population", aviado em 2019 e em colaboração com Mani Tese, Comunità Sant'Egidio - ACAP Onlus, ASMADE e FENAFER-B, tem o objectivo de assegurar à população, em particular às mulheres, crianças e adolescentes de 26 municípios das regiões central, sul-central e central do Planalto do Burkina Faso, acesso a serviços comunitários de planeamento familiar, registo civil, e prevenção da violência baseada no género e saúde sexual.

O consórcio trabalhará em parceria com

1. **O Instituto Italiano de Estatística (ISTAT)**, uma organização pública de investigação, é o principal produtor de estatísticas oficiais para apoiar os cidadãos e os decisores públicos em Itália. Servirá como consultor no que respeita à implementação da plataforma de interoperabilidade entre os sistemas do Ministério da Justiça, do Ministério da Administração Interna e do Instituto Nacional de Estatística (INE). Disponibilizará os seus conhecimentos e experiência no reforço dos sistemas nacionais de recolha de dados para a produção de estatísticas demográficas nos países em desenvolvimento, em cooperação com a Agência para a Cooperação Italiana.
2. **Universidade de Pádua, Departamento de Ciências Estatísticas**, organismo público, ocupar-se-á da análise das boas práticas no que se refere à digitalização do arquivo para determinar as condições mínimas necessárias para a escolha de uma sociedade que apoie na implementação da digitalização. Este estudo será realizado com base nas boas práticas desenvolvidas em países afins como a Namíbia, Cabo Verde e Gana. Após o avio da digitalização, a Universidade de Pádua será consultor para a identificação de um modelo repetível no resto do país. Tem experiência de análise estatística em contextos africanos em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano e com a ONG CUAMM.
3. **A Kulima é uma** organização da sociedade civil da sociedade moçambicana que, há mais de 30 anos, desenvolve as suas actividades nos seguintes sectores: segurança alimentar e nutricional, apoio ao crédito rural, educação e saúde comunitária, ambiente, promoção social e direitos humanos, e emergência.
4. **DREAM - Associação para o Direito aos Tratamentos Sanitários e de Luta Contra a Sida** é uma organização parceira fixa da ACAP em Moçambique. Trata-se de uma organização oficialmente reconhecida pelo Estado moçambicano. Como suas principais actividades são: actividades no domínio da saúde, apenas formação sanitária e profissional e cultural sobre a prevenção e tratamento de doenças, especialmente as relacionadas com o VIH/SIDA; iniciativas de solidariedade em favor da população, nomeadamente através da distribuição de medicamentos e outros artigos necessários, consultas médicas e visitas domiciliárias; promoção de estudos, investigações e debates culturais sobre o direito à saúde e outros direitos sociais.

## 9.2. Descrição da metodologia de intervenção

O Ministério da Justiça, a DNRN e as direcções provinciais serão parceiros-chave na implementação de todo o projecto, pelo que todas as actividades deverão ser realizadas de forma participativa e concertada com todas as partes interessadas. O apoio do Registo Nacional e do Notariado é confirmado na carta de apoio à Cooperação Italiana, que confirma a cooperação com o programa ACAP - BRAVO! sobre a modernização do Sistema de Registo Civil em Moçambique, que se encontra anexado ao projecto.

A entidade executante participará no

- Reuniões contínuas com o Ministério da Justiça
- Reuniões mensais com o Registo Nacional e o Cartório (DNRN)
- reuniões bimensais com as Direcções Provinciais de Justiça (DPJ)
- Reuniões contínuas com o Grupo de Trabalho Inter-Ministerial sobre Estatísticas da Vida (GITEV) sobre a interoperabilidade dos sistemas com parceiros institucionais e parceiros técnicos nacionais e internacionais (Unicef e Save the Children).

Tendo em vista as reuniões já planeadas e a abertura de um diálogo directo com as direcções provinciais de justiça nas províncias de Gaza e Maputo, onde os contactos são menos frequentes do que com a província de Nampula, será criado um comité director, que se reunirá duas vezes por ano e será composto por representantes do Ministério da Justiça, do Ministério da Saúde, do Ministério da Administração Interna, do Instituto de Estatística e dos beneficiários, a fim de melhorar a adesão do projecto às necessidades reais do país e evitar assim a duplicação de esforços.

Um software de monitorização do SGBD em língua portuguesa, *baseado na web*, que será disponibilizado à AICS Maputo, permitir-lhe-á visualizar uma série de peças de informação significativas, como, por exemplo

- estado de progresso das actividades e de realização dos objectivos;
- vídeos, fotografias, cartografia
- Relatórios intercalares e finais

## 9.3. Estratégia da intervenção

Conforme o aviso AICS, com base nas criticidades evidenciadas em relação às áreas de intervenção, propõe-se uma estratégia de intervenção baseada nos seguintes pontos:

- **Formação e desenvolvimento.** Trata-se do potenciamento dos recursos humanos que se ocupam,

a vários títulos, do registo civil. Resultado Exemplar 1 apela ao reforço da capacidade do MJCR (e dos seus parceiros) para implementar o novo sistema eCRVS em termos da competência do seu pessoal, da gestão do sistema a nível periférico e da procura contextual do serviço. Isto será conseguido através de uma série de actividades de formação destinadas a reforçar as ferramentas, os recursos humanos, os recursos voluntários, a compreensão do sistema, a informação e a compreensão da importância do registo e das vantagens oferecidas pela nova reforma adoptada.

- **Suporte à implementação dos CPS de Matola, Xai-Xai e Nampula.** Está previsto fornecer, em termos de recursos humanos, instrumentos e menor reabilitação da rede de Centros Provinciais de Protecção Pública aos Conservatórios, tanto em relação a problemas administrativos como técnicos (computadores, impressoras, etc.). Em cada CPS haverá dois recursos dedicados para os três CPS (Nampula, Maputo, Gaza), coordenados por um responsável, que verificará se as actividades correspondem aos resultados alcançados.
- **Sensibilização, informação e registo.** Com uma experiência inicial na província de Nampula e depois em Gaza e Maputo, serão organizadas campanhas de filmagens itinerantes sob a forma de *brigadas de veículos*, e serão realizadas acções de sensibilização nas zonas mais remotas do país para envolver e informar a população, não só da importância do registo, mas também das vantagens oferecidas pela reforma (por exemplo, a possibilidade de registar uma criança, a menos que o seu nome tenha sido revelado). A participação de técnicos de registo e a implementação de redes de entidades que, devido à natureza específica dos seus serviços, poderão contribuir para o sucesso da campanha em termos de facilitar a resposta a novas notificações comunitárias credenciadas.
- **Digitalização e indexação arquivo histórico.** O Resultado Esperado 2 prevê a modelização, com base na experimentação na Primeira Conservatória de Maputo, do sistema de digitalização e indexação do arquivo histórico que permite a sua repetição também nas conservatórias do resto do País. A atividade será organizada a partir de uma análise das boas práticas e de uma *visita ao local*, que envolverá gestores da DNRN em países onde o sistema de digitalização já está em funcionamento; Posteriormente, com a identificação da empresa que prestará o serviço e a aquisição do equipamento necessário (computador, servidor, digitalizador planetário), terá lugar a digitalização da First Maputo Conservancy. Os resultados serão apresentados num evento para os apresentar e divulgar.
- **Interoperabilidade entre sistemas.** O novo sistema foi concebido pela UNICEF com requisitos de interoperabilidade que (com adaptações comprovadas) permitirão a futura conexão com outras bases de dados governamentais. Os sistemas prioritários para a parte contratante são o INE para as estatísticas de vida e o Ministério da Administração Interna para os documentos com dados biomédicos. Para a implementação do Sumário Executivo 3, será necessário avaliar os sistemas de recolha de dados utilizados pelos ministérios envolvidos, e preparar acordos e protocolos em conformidade com a legislação em vigor em matéria de privacidade e partilha de dados, a implementação, através de ajustamentos adequados, da plataforma em uso gerida pelo INAGE, ou a implementação de uma nova plataforma se os ajustamentos não forem possíveis devido à arquitectura de interoperabilidade.

#### 9.4. Objectivos, resultados, actividades

O objectivo geral e os objectivos específicos do projecto E-registo-Existo! estão em conformidade com os objetivos definidos no convite à apresentação de propostas lançado à AICS. O objectivo geral é, portanto, assegurar a protecção dos direitos humanos, cívicos, políticos e económicos das crianças e da população mais vulnerável; o objectivo específico é reforçar o Ministério da Justiça, em particular a Direcção Nacional de Registos e Notariado, a fim de implementar eficazmente o novo sistema eCRVS. Indicamos seguindo, por ordem cronológica e no contexto da referência do "resultado esperado" que se pretende alcançar, as actividades planeadas de acordo com o objectivo geral e o objectivo específico.

**R1 A capacidade do MJCR (e dos seus parceiros) de implementar o novo sistema eCRVS em termos das competências dos gestores, da gestão do sistema a nível periférico e do desenvolvimento contextual da procura de serviços foi melhorada.**

- 1) Desenvolvimento de um módulo e material didáctico sobre a reforma do Sistema do Registo Civil
- 2) Análise das necessidades de formação e desenvolvimento de um plano de desenvolvimento de recursos humanos para o DNRN e unidades periféricas
- 3) Formação de 22 conservadores ou técnicos do registo provincial em Matola
- 4) Formação de 160 agentes de registo ou técnicos de registo nas províncias



- 5) Avaliação dos recursos humanos, reabilitações mínimas e equipamentos do CPS de Nampula, Gaza e Maputo Província
- 6) Implementação e promoção do serviço de DPC na província de Nampula
- 7) Implementação do modelo de serviço definido como CPS em Nampula, Gaza e Província de Maputo
- 8) Planificação e realização da campanha de informação sobre a inscrição no registo civil electrónico na província de Nampula
- 9) Criação da rede de parceiros para a promoção da inscrição electrónica no registo civil em Nampula
- 10) Planificação e realização da campanha de informação sobre a inscrição electrónica no registo civil electrónico na província de Gaza
- 11) Criação da rede de parceiros para a promoção da inscrição electrónica no registo civil em Gaza
- 12) Planificação e realização da campanha de informação sobre a inscrição electrónica no registo civil electrónico na província de Maputo
- 13) Criação da rede de parceiros para a promoção da inscrição electrónica no registo civil em Maputo Província
- 14) Avaliação do impacto das campanhas de informação e sensibilização

## **R2 Implementação do sistema e-SIRCEV no postos de registo civil hospitalares das capitais dos distritos e em algumas unidades sanitárias distritais rurais das províncias focais**

- 1) Avaliação Inicial e Estabelecimento de Critérios para Análise de Processos
- 2) Equipamento para os Postos do Registo Civil seleccionados (48) e pequena reabilitação dos Conservatórias
- 3) Actividades de registo on-line no eSIRCEV realizadas por Agentes Distritais
- 4) Estudo Final sobre o Impacto do Modelo e Análise das Melhores Práticas
- 5) Evento de Apresentação e Disseminação

## **R3 Concepção final para interoperabilidade do eCRVS com outros sistemas definidos, aprovados pela GITEV e testados, bem como parcialmente implementados**

- 1) Avaliação dos requisitos de interoperabilidade dos sistemas objecto de intervenção e identificação dos aspectos funcionais e técnicos a implementar
- 2) Promoção de acordos e protocolos governamentais entre entidades públicas para a partilha de dados.
- 3) Avaliação (juntamente com o INAGE e o MJCR) da plataforma de partilha de dados actualmente adoptada pelo Governo de Moçambique e eventual adequação ou desenvolvimento de nova plataforma.
- 4) Teste e validação
- 5) Modificações da plataforma
- 6) Workshops técnicos e lançamento do sistema integrado eCRVS

### **9.5. Benefícios (para cada actividade)**

- 4) Os beneficiários directos do Resultado esperado são:1
  - a. Formação para a implementação do novo sistema SIRCEV: 182 conservadores ou técnicos de registo formados de todas as províncias.
  - b. Campanhas de sensibilização e registo: 570.000 pessoas envolvidas nas campanhas de sensibilização e registo nas províncias de Nampula, Maputo e Gaza.
  - c. Criação da rede de parceiros: 240 pessoas entre representantes dos Serviços Distritais da Saúde, Mulher e Acção Social (SDSMAS), ONG e outras instituições operativas no território, enfermeiros de Saúde Materno-Infantil, Agentes Polivalentes Elementares (APE), "matronas" (parteiras informais), jornalistas de rádio comunitárias, activistas comunitários. Os beneficiários do resultado esperado 2 são todos os habitantes de Moçambique (27,909,798 conforme o último censo). Os beneficiários do resultado esperado 3 são todos os habitantes de Moçambique (27.909.798 conforme o último censo) enquanto que as acções que lhe se referem serão miradas a partilhar os dados dos cidadãos registados de todos os conservatórias do país permitindo aos seus funcionários de aceder aos dados de outros sistemas.

## **ANEXOS**

- a) *Quadro jurídico (Anexo L1)*
- b) *Orçamento por actividade (Anexo L2)*